

Resultado do Tesouro Nacional

Brasília
Janeiro/2015

MINISTRO DA FAZENDA
Joaquim Vieira Ferreira Levy

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL
Marcelo Barbosa Saintive

SUBSECRETÁRIOS
Cleber Ubiratan de Oliveira
Eduardo Coutinho Guerra
Gilvan da Silva Dantas
Liscio Fábio de Brasil Camargo
Marcus Pereira Aucélio
Paulo Fontoura Valle

COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS
Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

COORDENADOR DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS
Alex Pereira Benício

EQUIPE
Bruno Fabrício Ferreira da Rocha
Erika Medeiros de Siqueira
Fernando Cardoso Ferraz
Gabriel Gdalevici Junqueira
Jailison Weilly Silveira
Leandro de Lima Galvão

Arte
Projeto Gráfico: Renato Barbosa e Karla Rocha
Co-autoria do Projeto Gráfico: Alline Luz e Viviane Barros
Diagramação: Renato Barbosa

O Resultado do Tesouro Nacional é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:

Tel: (61) 3412-2203
Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco P, anexo, 1º andar, ala B, sala 134
70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – v. 20, n. 12 (dezembro 2014). – Brasília : STN, 1995_.

Mensal.
Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.
ISSN 1519-2970

1.Finanças públicas – Periódicos. 2.Receita pública – Periódicos. 3.Despesa pública – Periódicos.
1.Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 336.005

Sumário

Resultado Fiscal do Governo Central.....	5
Receitas do Tesouro Nacional.....	8
Transferências do Tesouro Nacional.....	12
Despesas do Tesouro Nacional.....	14
Previdência Social.....	20
Dívida Líquida do Tesouro Nacional.....	23
Dívida Interna Líquida.....	24
Dívida Externa Líquida.....	27

Listá de Tabelas

Tabela 1 - Resultado Primário do Governo Central.....	5
Tabela 2 - Resultado do Governo Central - % PIB.....	7
Tabela 3 - Receitas Primárias do Governo Central.....	8
Tabela 4 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - % PIB.....	10
Tabela 5 - Dividendos pagos à União.....	11
Tabela 6 - Transferências a Estados e Municípios.....	12
Tabela 7 - Transferências a Estados e Municípios - % PIB.....	13
Tabela 8 - Despesas Primárias do Governo Central.....	14
Tabela 9 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Resultado Mensal.....	15
Tabela 10 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Resultado Acumulado no Ano.....	17
Tabela 11 - Subsídios e Subvenções Econômicas - Operações Oficiais de Crédito - Resultado Acumulado no Ano.....	18
Tabela 12 - Quantidade de Benefícios Emitidos LOAS - Média Acumulada no Ano.....	19
Tabela 13 - Despesas do Tesouro Nacional - % PIB.....	19
Tabela 14 - Resultado Primário da Previdência Social.....	20
Tabela 15 - Resultado da Previdência Social - % PIB.....	22
Tabela 16 - Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social.....	22
Tabela 17 - Dívida Líquida do Tesouro Nacional.....	23

Tabela 18 - Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional.....	24
Tabela 19 - Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional.....	24
Tabela 20 - Variação da Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional.....	25
Tabela 21 - Haveres Internos do Tesouro Nacional.....	26
Tabela 22 - Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional.....	27
Tabela 23 - Variação da Dívida Externa do Tesouro Nacional.....	27

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Receitas, Despesas e Resultado do Governo Central.....	6
Gráfico 2 - Resultado do Governo Central.....	6
Gráfico 3 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - Resultado Mensal.....	9
Gráfico 4 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - Resultado Acumulado no Ano.....	10
Gráfico 5 - Base de Cálculo Transferências Constitucionais.....	12
Gráfico 6 - Despesas do Tesouro Nacional - Resultado Mensal.....	15
Gráfico 7 - Despesas de Custeio e Capital - Resultado Mensal.....	15
Gráfico 8 - Despesas do Tesouro Nacional - Resultado Acumulado no Ano.....	16
Gráfico 9 - Despesas de Custeio e Capital - Resultado Acumulado no Ano.....	16
Gráfico 10 - Execução de Restos a Pagar.....	17
Gráfico 11 - Benefícios Emitidos da Previdência.....	21
Gráfico 12 - Dívida Líquida do Tesouro Nacional.....	23

Resultado Fiscal do Governo Central

Em dezembro de 2014, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 1,0 bilhão, contra déficit de R\$ 6,7 bilhões em novembro. O Tesouro Nacional registrou déficit de R\$ 813,0 milhões enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram superávits de R\$ 1,8 bilhão e R\$ 83,0 milhões, respectivamente.

R\$ Milhões

Tabela 1 - Resultado Primário do Governo Central¹ - Brasil - 2013/2014

Discriminação do Resultado	Nov/14	Dez/14	Variação %	Jan-Dez		Variação %
				2013	2014	
I. RECEITA TOTAL	102.383,3	121.011,2	18,2%	1.181.095,2	1.224.032,2	3,6%
Receitas do Tesouro	73.476,9	76.885,3	4,6%	871.153,7	883.276,8	1,4%
Receitas da Previdência Social	28.818,7	43.717,3	51,7%	307.147,0	337.503,1	9,9%
Receitas do Banco Central	87,6	408,5	366,2%	2.794,5	3.252,3	16,4%
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	18.718,7	21.929,0	17,2%	189.986,5	210.165,2	10,6%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	83.664,5	99.082,2	18,4%	991.108,7	1.013.866,9	2,3%
IV. DESPESA TOTAL	90.316,3	98.043,0	8,6%	914.115,2	1.031.109,8	12,8%
Despesas do Tesouro	53.211,3	55.769,3	4,8%	552.999,5	633.541,5	14,6%
Despesas da Previdência Social (Benefícios)	36.730,2	41.948,2	14,2%	357.003,1	394.201,2	10,4%
Despesas do Banco Central	374,8	325,5	-13,1%	4.112,6	3.367,1	-18,1%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB ²	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	-6.651,8	1.039,2	-	76.993,5	-17.242,9	-
Tesouro Nacional	1.546,8	-813,0	-	128.167,8	39.570,0	-69,1%
Previdência Social (RGPS)	-7.911,5	1.769,1	-	-49.856,1	-56.698,1	13,7%
Banco Central ³	-287,1	83,0	-	-1.318,1	-114,8	-91,3%
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB				1,59%	-0,34%	

Fonte: Tesouro Nacional

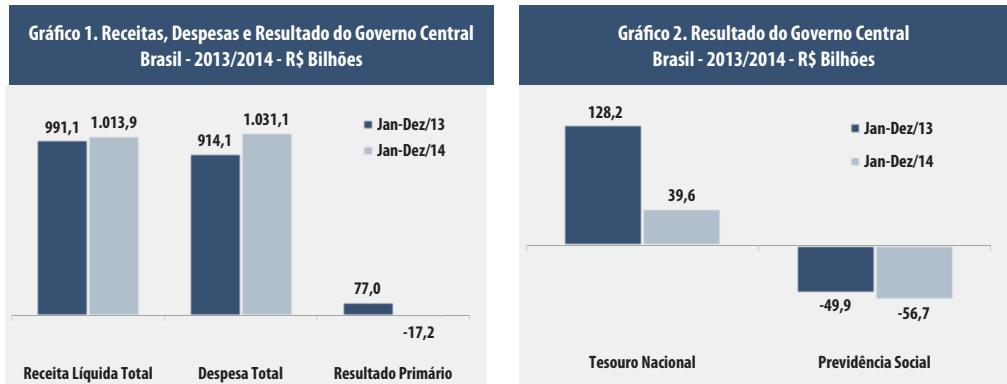
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Apurado pelo conceito de “pagamento efetivo”, que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recurso de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

As receitas do Governo Central aumentaram R\$ 18,6 bilhões (18,2%), passando de R\$ 102,4 bilhões em novembro para R\$ 121,0 bilhões em dezembro de 2014. Esse resultado decorreu de fatores sazonais, como a incidência da contribuição previdenciária sobre o 13º salário em dezembro e o recolhimento semestral do IRRF-Rendimentos do Capital sobre aplicações financeiras em fundos de renda fixa (Lei nº 10.892/2004); bem como da outorga de serviços de telecomunicações (4G).

As transferências da União aos Estados e Municípios apresentaram aumento de R\$ 3,2 bilhões (17,2%), sobretudo em função do acréscimo de R\$ 4,6 bilhões (34,6%) nas transferências constitucionais, principalmente devido ao repasse previsto na Emenda Constitucional nº 55/2007 (1,0% do FPM).

O resultado primário do Governo Central, em dezembro de 2014, foi superavitário em R\$ 1,0 bilhão, contra déficit de R\$ 6,7 bilhões no mês anterior.



Em 2014, o déficit do Governo Central, acumulado até dezembro, foi de R\$ 17,2 bilhões, equivalente a 0,34% do PIB.

As despesas do Governo Central apresentaram acréscimo de R\$ 7,7 bilhões (8,6%) no comparativo entre novembro e dezembro de 2014. Observou-se aumento de R\$ 5,2 bilhões (14,2%) nas despesas da Previdência Social, sobretudo devido ao pagamento da última parcela relativa à gratificação natalina dos segurados e dependentes da Previdência (Decreto nº 8.292/2014) a despeito do decréscimo de R\$ 2,8 bilhões em sentenças judiciais e precatórios judiciais. Por sua vez, as despesas de pessoal e encargos sociais apresentaram incremento de R\$ 1,7 bilhão (7,8%), devido ao pagamento da segunda parcela da gratificação natalina (13º salário) aos servidores do Governo Federal, parcialmente compensado pela diminuição de R\$ 1,9 bilhão no pagamento de precatórios e sentenças judiciais. Houve aumento nas despesas de Custeio e Capital de R\$ 567,3 milhões (1,8%), explicado, sobretudo, pelo incremento de R\$ 3,1 bilhões em sentenças judiciais e precatórios de custeio, pelo crescimento de R\$ 1,3 bilhão em despesas do PAC e pela redução de R\$ 4,2 bilhões (23,6%) nas despesas discricionárias.

Comparativamente ao acumulado em 2013, houve decréscimo de R\$ 94,2 bilhões no resultado primário do Governo Central, passando de uma posição de superávit de R\$ 77,0 bilhões em 2013 para déficit de R\$ 17,2 bilhões em 2014.

As receitas do Governo Central apresentaram crescimento de R\$ 42,9 bilhões (3,6%) relativamente ao acumulado até dezembro de 2013. Desse montante, destaca-se o crescimento das receitas de impostos (R\$ 20,9 bilhões) e receitas previdenciárias (R\$ 30,4 bilhões). Esse resultado decorre do efeito conjugado do desempenho dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação de impostos, bem como das desonerações tributárias. As demais receitas apresentaram redução de R\$ 6,5 bilhões, principalmente pela arrecadação, em novembro de 2013, de bônus de assinatura de contrato de concessão de petróleo e gás, no valor de R\$ 15,0 bilhões, parcialmente compensado pela arrecadação de R\$ 5,1 bilhões, em dezembro de 2014, a título de outorga de serviços de telecomunicações (4G).

As transferências a Estados e Municípios apresentaram aumento de R\$ 20,2 bilhões (10,6%) em 2014, em virtude, principalmente, do crescimento de R\$ 12,9 bilhões (9,0%) observado nas transferências constitucionais, de R\$ 2,0 bilhões nas transferências relativas à Lei Complementar nº 115/2002, havendo sido pago R\$ 1,9 bilhão a título de auxílio financeiro aos Estados e Municípios (MP nº 629/2013),

sem contrapartida em igual período de 2013, além do crescimento de R\$ 1,8 bilhão (19,4%) nas transferências relativas ao salário educação, de R\$ 1,7 bilhão (7,3%) nas transferências de royalties de petróleo (Lei nº 9.478/1997) e do crescimento de R\$ 1,6 bilhão (17,1%) nas transferências relacionadas ao Fundeb.

Ainda com relação ao período compreendido entre janeiro e dezembro do ano anterior, as despesas do Governo Central cresceram R\$ 117,0 bilhões (12,8%), destacando-se os incrementos de R\$ 17,1 bilhões (8,4%) nas despesas com pessoal e encargos sociais e de R\$ 48,6 bilhões (19,3%) nas outras despesas de custeio e capital. As variações mais significativas nesse último item foram os aumentos de R\$ 25,4 bilhões (14,5%) nas despesas discricionárias e de R\$ 13,0 bilhões (29,0%) nas despesas com o PAC. Cumpre destacar a incorporação como despesa primária do pagamento de auxílio à CDE, a partir de julho de 2013, que alcançou em 2014 valor acumulado de R\$ 9,2 bilhões, ante R\$ 7,9 bilhões no mesmo período do ano anterior, além das despesas de compensação do RGPS, a partir de abril de 2013, que acumulou R\$ 18,1 bilhões em 2014, contra R\$ 9,0 bilhões em 2013.

% PIB

Tabela 2 - Resultado do Governo Central - Brasil - 2013/2014

Discriminação	Jan - Dez	
	2013	2014
GOVERNO CENTRAL	1,59%	-0,34%
Tesouro Nacional	2,65%	0,77%
Previdência Social	-1,03%	-1,10%
Banco Central	-0,03%	0,00%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Receitas do Tesouro Nacional

A Receita do Governo Central apresentou acréscimo de 18,2% relativamente ao mês anterior. Esse aumento é explicado por fatores sazonais (principalmente receita previdenciária e IRRF - Receitas de Capital) e outorga de serviços de telecomunicações (4G).

R\$ Milhões

Tabela 3 - Receitas Primárias do Governo Central¹ - Brasil - 2013/2014

Discriminação do Resultado	Nov/14	Dez/14	Variação %	Jan - Dez		Variação %
				2013	2014	
I. RECEITA TOTAL	102.383,3	121.011,2	18,2%	1.181.095,2	1.224.032,2	3,6%
I.1. Receitas do Tesouro	73.476,9	76.885,3	4,6%	871.153,7	883.276,8	1,4%
Receita Bruta ²	76.750,4	79.485,9	3,6%	894.673,6	906.159,4	1,3%
Impostos	35.256,2	43.062,8	22,1%	407.432,7	428.355,9	5,1%
IR	24.442,4	31.900,6	30,5%	292.809,7	309.197,1	5,6%
IPI	4.867,4	5.318,8	9,3%	47.101,1	51.625,0	9,6%
Outros	5.946,4	5.843,4	-1,7%	67.521,9	67.533,8	0,0%
Contribuições	30.173,4	28.225,4	-6,5%	346.209,1	343.323,6	-0,8%
Cofins	17.947,5	16.817,9	-6,3%	201.526,7	195.241,6	-3,1%
CSLL	4.957,8	4.361,5	-12,0%	65.732,1	66.119,9	0,6%
Pis/Pasep	4.681,0	4.502,2	-3,8%	51.898,6	51.892,8	0,0%
Cide-Combustíveis	5,8	0,5	-92,1%	34,9	13,7	-60,6%
Outras	2.581,4	2.543,4	-1,5%	27.017,0	30.055,6	11,2%
Demais	11.320,8	8.197,8	-27,6%	141.031,8	134.479,9	-4,6%
Cota parte de compensações financeiras	1.813,2	1.669,8	-7,9%	36.450,8	39.372,8	8,0%
Diretamente arrecadadas	2.831,8	3.565,5	25,9%	43.022,2	42.800,4	-0,5%
Concessões	11,8	5.106,3	-	22.072,6	7.921,1	-64,1%
Dividendos	128,2	1.036,8	708,8%	17.141,6	18.939,6	10,5%
Outras	6.535,8	-3.180,6	-	22.344,5	25.446,0	13,9%
(-) Restituições	-3.273,5	-2.600,6	-20,6%	-23.468,3	-22.876,3	-2,5%
(-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-	-51,6	-6,3	-87,8%
I.2. Receitas da Previdência Social ³	28.818,7	43.717,3	51,7%	307.147,0	337.503,1	9,9%
Receitas da Previdência Social - Urbano	28.283,5	43.057,8	52,2%	300.990,9	330.833,0	9,9%
Receitas da Previdência Social - Rural	535,2	659,6	23,2%	6.156,0	6.670,2	8,4%
I.3. Receitas do Banco Central	87,6	408,5	366,2%	2.794,5	3.252,3	16,4%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Apurado pelo conceito de "caixa", que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

2. Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

3. Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

Receitas do Tesouro Nacional Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou acréscimo de R\$ 2,7 bilhões (3,6%), passando de R\$ 76,8 bilhões, em novembro, para R\$ 79,5 bilhões em dezembro de 2014. Este comportamento é explicado pela elevação de R\$ 7,8 bilhões na arrecadação de impostos, parcialmente compensada pela redução de R\$ 1,9 bilhão na arrecadação de contribuições e de R\$ 3,1 bilhões no ingresso de demais receitas.

As receitas de impostos federais totalizaram R\$ 43,1 bilhões e as de contribuições R\$ 28,2 bilhões, apresentando em seu conjunto um acréscimo de R\$ 5,9 bilhões (9,0%) em relação aos valores apurados em novembro. Essa evolução decorre sobretudo devido aos seguintes fatores:

i) elevação de R\$ 3,0 bilhões (36,1%) na arrecadação com IRPJ, em função da reclassificação de parcelamentos, parcialmente compensada pela redução de R\$ 596,3 milhões (12,0%) na CSLL;

ii) crescimento de R\$ 5,1 bilhões (36,3%) na arrecadação de IRRF devido ao crescimento de R\$ 5,2 bilhões (187,4%) no IRRF – Rendimentos do Capital, em função da apuração semestral sobre aplicações financeiras em fundos de renda fixa, com recolhimento em junho e dezembro (Lei nº 10.892/2004) e de R\$ 1,2 bilhão (87,5%) no IRRF – Remessas ao Exterior;

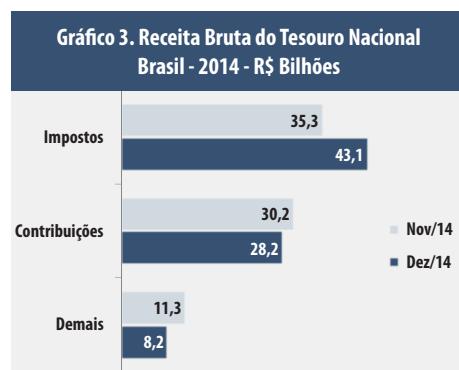
iii) decréscimo de R\$ 1,3 bilhão (14,7%) em IRRF – Rendimentos do Trabalho;

iv) redução de R\$ 1,2 bilhão (6,3%) na arrecadação da Cofins.

As demais receitas do Tesouro Nacional registraram redução de R\$ 3,1 bilhões (27,6%), principalmente devido a:

i) redução de R\$ 9,7 bilhões em outras receitas, sobretudo em função da reclassificação das receitas no âmbito dos parcelamentos especiais de 2013 (Lei nº 12.865/13) e de 2014 (Lei nº 12.996/14); e

ii) aumento de R\$ 5,1 bilhões na arrecadação de concessões em função, principalmente, de receitas advindas da outorga de serviços de telecomunicações (4G).



A receita bruta do Tesouro Nacional cresceu R\$ 2,7 bilhões (3,6%) em relação ao mês anterior.

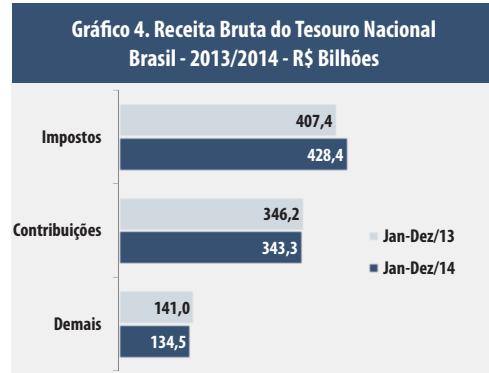
Receitas do Tesouro Nacional

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

Na comparação com o exercício de 2013, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R\$ 11,5 bilhões (1,3%), passando de R\$ 894,7 bilhões para R\$ 906,2 bilhões. Esse resultado decorre, principalmente, do efeito conjugado do desempenho dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação de tributos, bem como das desonerações tributárias, em especial, da folha de pagamentos. Destaque-se, ainda, a arrecadação extraordinária em maio de 2013, no valor de R\$ 4,0 bilhões, referente a Cofins/PIS e ao IRPJ/CSLL. Adicionalmente, houve arrecadação nos meses de agosto a dezembro de 2014 no valor de R\$ 19,9 bilhões, referente à adesão aos parcelamentos de débitos, instituídos pela Lei nº 12.996/2014 e Lei nº 13.043/2014. Os parcelamentos no

Em 2014, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R\$ 11,5 bilhões (1,3%) em relação ao ano anterior.

10



âmbito da Lei nº 12.865/2013, por sua vez, totalizaram receitas arrecadadas de R\$ 21,8 bilhões em 2013 e R\$ 5,6 bilhões em 2014.

As variações na arrecadação de impostos e contribuições decorreram, principalmente, dos seguintes fatores:

i) aumento de R\$ 15,2 bilhões (10,9%) na arrecadação de IRRF,

sobretudo em função de: a) crescimento de R\$ 8,1 bilhões (10,2%) nas receitas com IRRF – Rendimentos do Trabalho, decorrente da variação nominal de 9,1% da massa salarial habitual, nos meses de dezembro de 2013 a novembro de 2014, em relação a igual período dos anos anteriores; b) acréscimo de R\$ 5,3 bilhões (15,5%) no IRRF – Rendimentos de Capital devido, principalmente, aos aumentos de 34,8% do imposto de renda incidente sobre aplicação financeira de renda fixa e de 17,1% na arrecadação do item Outros; e c) R\$ 1,7 bilhão (10,1%) no IRRF – Remessas ao Exterior;

ii) crescimento de R\$ 4,5 bilhões (9,6%) no IPI, principalmente em função do crescimento do IPI – Outros, associado à recomposição da alíquota incidente sobre a aquisição de móveis e linha branca, e do IPI – Automóveis;

iii) incremento de R\$ 1,7 bilhão (10,5%) no Salário Educação;

iv) acréscimo de R\$ 387,8 milhões (0,6%) na CSLL parcialmente compensado por uma redução de R\$ 213,5 milhões (0,2%) no IRPJ determinados, principalmente, pelos seguintes fatores: a) arrecadação extraordinária, em maio de 2013, no valor de cerca de R\$ 3,0 bilhões, devido a venda de participação societária; (b) receitas extraordinárias em códigos de Lançamento de Ofício, em dezembro de 2013, em função de parcelamento instituído pela Lei nº 12.865/2013; e (c) decréscimo real de 12,6% no item “estimativa mensal” em razão da redução da lucratividade das empresas em 2014; e

Discriminação	% PIB	
	2013	2014
RECEITA BRUTA ¹	18,47%	17,65%
Impostos	8,41%	8,34%
IR	6,04%	6,02%
IPI	0,97%	1,01%
Outros	1,39%	1,32%
Contribuições	7,15%	6,69%
Cofins	4,16%	3,80%
CSLL	1,36%	1,29%
Pis/Pasep	1,07%	1,01%
Cide-Combustíveis	0,00%	0,00%
Outras	0,56%	0,59%
Demais	2,91%	2,62%
Cota parte de compensações financeiras	0,75%	0,77%
Diretamente arrecadadas	0,89%	0,83%
Concessões	0,46%	0,15%
Dividendos	0,35%	0,37%
Outras	0,46%	0,50%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

Discriminação	R\$ Milhões	
	Jan - Dez	
	2013	2014
Banco do Brasil	3.455,5	2.413,0
BNB	228,0	97,5
BNDES	6.998,7	9.079,7
Caixa	4.000,0	4.356,4
Correios	401,1	0,0
Eletrobras	267,9	230,5
IRB	78,9	85,3
Petrobras	1.015,5	2.012,7
Demais	696,1	664,6
Total	17.141,6	18.939,6

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

v) redução de R\$ 6,3 bilhões (3,1%) na Cofins e de R\$ 5,8 milhões no Pis/Pasep, devido, sobretudo, ao efeito conjugado de: a) redução de 1,2% do volume de vendas de dezembro de 2013 a novembro de 2014 em relação ao período de dezembro de 2012 a novembro de 2013 (PMC-IBGE); b) compensações tributárias; c) alteração da base de cálculo do PIS/Cofins-Importação, em conformidade com a Lei nº 12.865/2012; e d) recolhimento extraordinário de depósitos judiciais e acréscimos legais, nos meses de maio a novembro de 2013.

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional apresentou redução de R\$ 6,6 bilhões (4,6%), em relação ao acumulado de 2013, devido, principalmente, ao efeito conjugado dos seguintes fatores:

i) redução de R\$ 14,2 bilhões (64,1%) em Concessões, principalmente em função das receitas do bônus de assinatura de contratos de concessão de petróleo e gás relativos à 11ª rodada da ANP, no montante de R\$ 2,1 bilhões, e ao campo de Libra, no total de R\$ 15,0 bilhões, realizados respectivamente em julho e novembro de 2013, bem como do recolhimento, em maio, junho e agosto de 2013, de receitas advindas da outorga de serviços de telecomunicações, totalizando cerca de R\$ 2,4 bilhões. Em 2014, foram arrecadados R\$ 7,9 bilhões em receitas de concessões, com destaque para o recolhimento, em julho, de R\$ 1,3 bilhão relativo à contribuição fixa da outorga de serviços de infraestrutura portuária (aeroportos de Guarulhos, Viracopos e Brasília) e de R\$ 5,1 bilhões, em dezembro, relativo à outorga de serviços de telecomunicações (4G);

ii) crescimento de R\$ 2,9 bilhões (8,0%) nas receitas referentes à cota parte de compensações financeiras pela exploração de petróleo e gás natural, passando de R\$ 36,5 bilhões até dezembro de 2013 para R\$ 39,4 bilhões no mesmo período de 2014, devido ao aumento da produção de petróleo e da taxa média de câmbio;

iii) elevação de R\$ 3,1 bilhões (13,9%) em Outras receitas, influenciada, sobretudo, pela reclassificação por estimativa de R\$ 20,3 bilhões em dezembro de 2013 relativa ao parcelamento instituído pela Lei nº 12.865/2013, compensado parcialmente pela reclassificação, ocorrida em dezembro de 2014, relativa aos parcelamentos das Leis nº 12.996/2014 e nº 12.865/2013; e

iv) aumento de R\$ 1,8 bilhão (10,5%) na arrecadação com dividendos, passando de R\$ 17,1 bilhões em 2013 para R\$ 18,9 bilhões em 2014.

Transferências do Tesouro Nacional

As transferências a Estados e Municípios apresentaram acréscimo de R\$ 3,2 bilhões (17,2%) em dezembro de 2014, refletindo, sobretudo, o repasse previsto na Emenda Constitucional nº 55/2007 relativo a 1,0% do FPM.

R\$ Milhões

Discriminação do Resultado				Jan - Dez		
	Nov/14	Dez/14	Variação %	2013	2014	Variação %
TRANSFERÊNCIAS TOTAL	18.718,7	21.929,0	17,2%	189.986,5	210.165,2	10,6%
Transferências Constitucionais	13.401,8	18.037,8	34,6%	143.921,4	156.823,0	9,0%
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 ¹	162,5	325,0	100,0%	1.950,0	3.900,0	100,0%
Transferências da Cide - Combustíveis	0,0	0,0	-	57,3	116,1	102,5%
Demais Transferências	5.154,5	3.566,2	-30,8%	44.057,7	49.326,2	12,0%
Salário Educação	889,2	880,9	-0,9%	9.044,1	10.800,8	19,4%
Royalties	3.474,8	1.903,9	-45,2%	23.441,1	25.151,0	7,3%
Fundef/Fundeb	685,8	685,8	0,0%	9.272,2	10.859,5	17,1%
Outras	104,6	95,7	-8,5%	2.300,3	2.514,9	9,3%

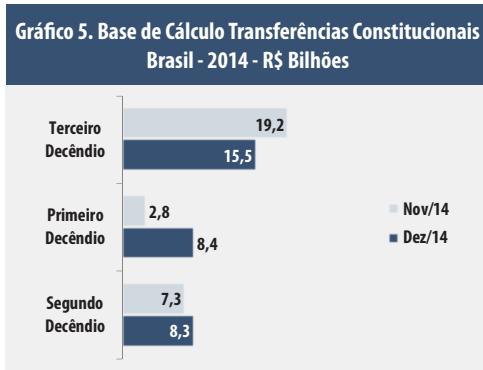
Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Transferências do Tesouro Nacional Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

Em dezembro de 2014, as transferências da União aos Estados e Municípios apresentaram crescimento de R\$ 3,2 bilhões (17,2%), totalizando R\$ 22,0 bilhões, contra R\$ 18,7 bilhões no mês anterior. Esse comportamento decorre, principalmente:

- i) do aumento de R\$ 4,6 bilhões (34,6%) nas transferências constitucionais, sobretudo, em função do repasse previsto na Emenda Constitucional nº 55/2007 relativo a 1,0% do FPM, no valor de R\$ 3,4 bilhões; e
- ii) do decréscimo de R\$ 1,6 bilhão (45,2%) nas transferências de royalties de petróleo, instituídas pela Lei nº 9.478/1997, em decorrência da sazonalidade do repasse de recursos provenientes de participação especial pela exploração de petróleo e gás natural.



Transferências do Tesouro Nacional

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

No acumulado até dezembro, as transferências a Estados e Municípios apresentaram, em seu conjunto, aumento de R\$ 20,2 bilhões (10,6%), elevando-se de R\$ 190,0 bilhões em 2013 para R\$ 210,2 bilhões em 2014. As principais variações no período foram:

- i) aumento de R\$ 12,9 bilhões (9,0%) nas transferências constitucionais, reflexo do aumento da arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI), principalmente em função da reclassificação, em dezembro de 2013, do Refis, com impacto nas transferências de janeiro de 2014;
- ii) crescimento de R\$ 2,0 bilhões (100,0%) nas transferências relativas à Lei Complementar nº 115/2002 (totalizando R\$ 3,9 bilhões em 2014), explicado, sobretudo, pelo pagamento de auxílio financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios (MP nº 629/2013), no montante de R\$ 1,9 bilhão no mês de janeiro, sem evento correspondente em igual período de 2013;
- iii) crescimento de R\$ 1,8 bilhão (19,4%) nas transferências relativas ao salário educação;
- iv) aumento de R\$ 1,7 bilhão (7,3%) nas transferências de royalties de petróleo, instituídas pela Lei nº 9.478/1997; e
- v) acréscimo de R\$ 1,6 bilhão (17,1%) nas transferências relacionadas ao Fundeb.

Em relação a 2013, as transferências apresentaram crescimento de R\$ 20,2 bilhões (10,6%), influenciadas, principalmente, pelo aumento de R\$ 12,9 bilhões (9,0%) nas transferências constitucionais.

Tabela 7 - Transferências a Estados e Municípios - Brasil - 2013/2014

Discriminação	Jan - Dez		% PIB
	2013	2014	
TRANSFERÊNCIAS TOTAL	3,92%	4,09%	
Transferências Constitucionais	2,97%	3,05%	
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 ¹	0,04%	0,08%	
Transferências da Cide - Combustíveis	0,00%	0,00%	
Demais Transferências ²	0,91%	0,96%	

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006) e da MP nº 629/2013.

2. Inclui valores referentes ao auxílio financeiro aos Municípios, nos termos da Lei nº 12.859/2013.

Despesas do Tesouro Nacional

Em dezembro, a despesa do Governo Central apresentou um aumento de R\$ 7,7 bilhões explicado, principalmente, pelos pagamentos da gratificação natalina no âmbito dos benefícios previdenciários e da folha de pessoal.

R\$ Milhões

Discriminação do Resultado	Nov/14	Dez/14	Variação %	Jan - Dez		Variação %
				2013	2014	
I. DESPESA TOTAL	90.316,3	98.043,0	8,6%	914.115,2	1.031.109,8	12,8%
I.1. Despesas do Tesouro	53.211,3	55.769,3	4,8%	552.999,5	633.541,5	14,6%
Pessoal e Encargos Sociais ²	21.414,6	23.094,6	7,8%	202.744,0	219.834,1	8,4%
Custeio e Capital	31.753,8	32.321,1	1,8%	348.143,5	411.140,9	18,1%
Despesa do FAT	3.492,8	3.458,4	-1,0%	44.688,2	54.381,2	21,7%
Subsídios e Subvenções Econômicas ³	744,1	557,5	-25,1%	10.212,1	9.008,6	-11,8%
Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV) ⁴	3.281,7	3.262,8	-0,6%	33.943,6	38.557,8	13,6%
Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
Auxílio à CDE	0,0	207,7	-	7.868,0	9.207,7	17,0%
Outras Despesas de Custeio e Capital	24.235,2	24.834,7	2,5%	251.431,7	299.985,6	19,3%
Outras Despesas de Custeio	19.427,1	20.913,9	7,7%	188.207,5	222.449,9	18,2%
Outras Despesas de Capital ⁵	4.808,1	3.920,8	-18,5%	63.224,2	77.535,7	22,6%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	42,9	353,6	724,0%	2.112,0	2.566,5	21,5%
I.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios) ⁶	36.730,2	41.948,2	14,2%	357.003,1	394.201,2	10,4%
Benefícios Previdenciários - Urbano	27.381,6	33.968,4	24,1%	276.648,6	305.498,7	10,4%
Benefícios Previdenciários - Rural	9.348,6	7.979,8	-14,6%	80.354,5	88.702,6	10,4%
I.3. Despesas do Banco Central	374,8	325,5	-13,1%	4.112,6	3.367,1	-18,1%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Apurado pelo conceito de “pagamento efetivo”, que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui despesas realizadas com recursos da complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

2. Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.

3. Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

4. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central. A partir de janeiro de 2010, a rubrica inclui despesas com sentenças judiciais e precatórios.

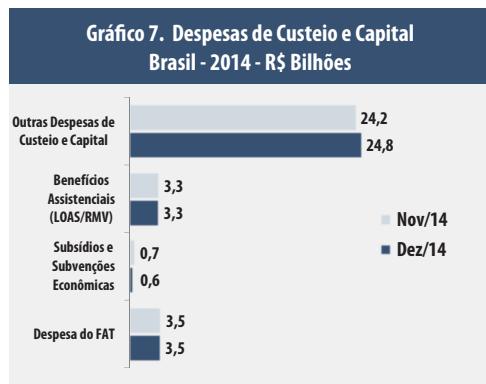
5. Inclui despesas do Programa Minha Casa Minha Vida, conforme Lei nº 12.693/2012.

Despesas do Tesouro Nacional Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

Em dezembro, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 55,8 bilhões, representando um aumento de R\$ 2,6 bilhões (4,8%) em relação a novembro de 2014. Esse comportamento é reflexo do aumento de R\$ 1,7 bilhão (7,8%) nas despesas de Pessoal e Encargos Sociais, de R\$ 567,3 milhões (1,8%) nas despesas de Custeio e Capital e de R\$ 310,7 milhões (724,0%) nas transferências do Tesouro ao Banco Central.

A variação nas despesas de custeio e capital deve-se, sobretudo, aos seguintes fatores:

i) acréscimo de R\$ 599,5 milhões (2,5%) no item Outras Despesas de Custeio e Capital, devido, principalmente, ao incremento de R\$ 3,1 bilhões em sentenças judiciais e precatórios de custeio, pelo crescimento de R\$ 1,3 bilhão em despesas



do PAC e pela redução de R\$ 4,2 bilhões (23,6%) nas despesas discricionárias.

ii) aumento de R\$ 207,7 milhões relativos ao auxílio à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE);

iii) diminuição de R\$ 186,6 milhões (25,1%) em subsídios e subvenções econômicas, sobretudo em função das reduções de R\$ 105,7 milhões no Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar - Pronaf e de R\$ 42,0 milhões no Programa de Financiamento às Exportações - Proex; e

iv) diminuição de R\$ 34,4 milhões (1,0%) nas despesas do FAT. O pagamento do abono salarial observa o calendário referente ao exercício 2014/2015 (julho/2014 a junho/2015) regulamentado pela Resolução Codefat nº 731/2014.

As despesas de Pessoal e Encargos Sociais totalizaram R\$ 23,1 bilhões no mês frente a R\$ 21,4 bilhões em novembro de 2014. Este aumento foi devido ao pagamento da segunda parcela da gratificação natalina (13º salário) aos servidores do Governo Federal, e foi parcialmente compensado pela diminuição de R\$ 1,9 bilhão no pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pessoal em relação ao mês anterior.

R\$ Milhões			
Discriminação	Nov/14	Dez/14	Variação %
Precatórios e Sentenças	564,6	3.701,1	555,5%
Legislativo	131,0	206,4	57,6%
Judiciário	741,0	962,3	29,9%
Crédito Extraordinário ¹	299,9	201,7	-32,8%
PAC ²	2.443,4	3.778,9	54,7%
Outras ³	357,9	448,1	25,2%
Compensação RGPS ⁴	1.688,8	1.776,5	5,2%
Discricionárias	18.008,7	13.759,6	-23,6%
Min. da Saúde	7.349,8	6.085,2	-17,2%
Min. do Des. Social	2.642,2	2.823,7	6,9%
Min. da Educação	2.923,7	2.523,8	-13,7%
Demais	5.093,0	2.327,0	-54,3%
Total	24.235,2	24.834,7	2,5%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Exclui crédito extraordinário relativo ao Programa de Aceleração do Crescimento.

2. Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário.

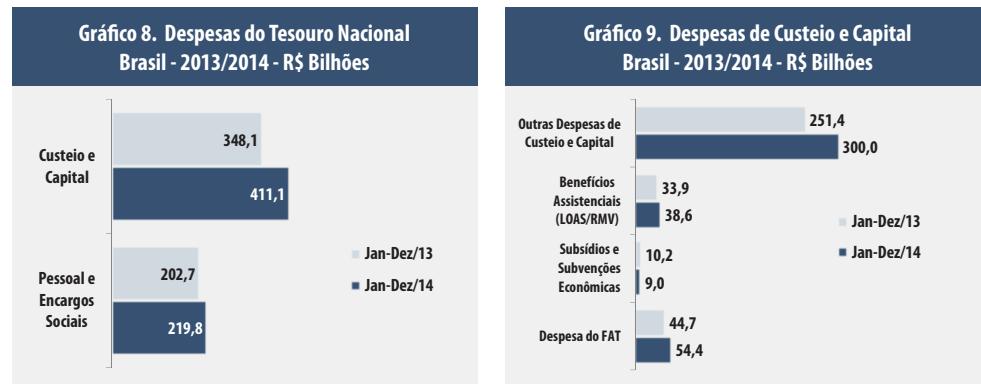
3. Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistiados, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

4. Despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.

Despesas do Tesouro Nacional

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

As despesas do Tesouro Nacional apresentaram aumento de R\$ 80,5 bilhões (14,6%) em relação ao acumulado no mesmo período de 2013, destacando-se as variações de R\$ 63,0 bilhões (18,1%) nas Despesas de Custeio e Capital e de R\$ 17,1 bilhões (8,4%) nos gastos com Pessoal e Encargos Sociais.



Em comparação ao acumulado de 2013, os gastos com o PAC apresentaram incremento de 29,0%, alcançando um total de R\$ 57,7 bilhões em 2014.

O aumento observado nos gastos com Custeio e Capital, quando comparado ao acumulado no mesmo período de 2013, pode ser explicado por:

i) crescimento de R\$ 48,6 bilhões (19,3%) nas Outras Despesas de Custeio e Capital. As variações mais significativas foram: a) aumento de R\$ 25,3 bilhões (14,5%) nas despesas discricionárias; b) crescimento de R\$ 13,0 bilhões (29,0%) nas despesas do PAC; e c) aumento de R\$ 9,0 bilhões (100,1%) na despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.546/2011 e suas alterações. Cumpre destacar que a compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social é realizada nos termos da Portaria Conjunta RFB/MF/INSS/MPS nº 2, de 28 de março de 2013, sendo que o primeiro dispêndio ocorreu em abril de 2013. Nas despesas discricionárias, as maiores variações foram observadas nos gastos do Ministério da Saúde, com aumento de R\$ 10,3 bilhões (13,8%); do Ministério do Desenvolvimento Social, com incremento de R\$ 3,3 bilhões (11,7%); e do Ministério da Educação, com aumento de R\$ 5,0 bilhões (16,1%);

ii) aumento de R\$ 9,7 bilhões (21,7%) nas despesas do FAT;

iii) incremento de R\$ 4,6 bilhões (13,6%) nos gastos com benefícios assistenciais (LOAS/RMV), em relação ao mesmo período de 2013. Essa variação é explicada pelo aumento de 4,8% na quantidade de benefícios emitidos e pelos reajustes de 9,0% e de 6,8% do salário mínimo nos anos de 2013 e 2014, respectivamente;

iv) aumento de R\$ 1,3 bilhão (17,0%) nas despesas em favor da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), devido ao fato de o primeiro pagamento em 2013 ter acontecido em julho; e

v) redução de R\$ 1,2 bilhão (11,8%) nos dispêndios com Subsídios e Subvenções Econômicas, em relação ao acumulado em 2013, alcançando R\$ 9,0 bilhões. Este resultado decorreu da execução dos seguintes Programas: a) Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf (diminuição de R\$ 1,1 bilhão); b) Política de preços agrícolas (elevação de R\$ 636,3 milhões); e c) Equalização de custeio agropecuário (aumento de R\$ 514,4 milhões).

Os dispêndios com a folha salarial tiveram aumento de R\$ 17,1 bilhões (8,4%), passando de R\$ 202,7 bilhões no acumulado até dezembro de 2013, para R\$ 220,0 bilhões em 2014. Cumpre destacar que houve diminuição de R\$ 489,2 milhões no pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pessoal em relação ao mesmo período do ano anterior.

O montante de restos a pagar (RP) pagos até dezembro de 2014, segundo a ótica do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, relativos a custeio e investimento, exceto Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), correspondeu a R\$ 28,9 bilhões. Do total dos RP pagos, a execução concentrou-se, principalmente, nos Ministérios da Saúde (R\$ 6,5 bilhões) e Educação (R\$ 6,5 bilhões).

Discriminação	Jan - Dez		Variação %
	2013	2014	
Precatórios e Sentenças	3.367,3	4.855,0	44,2%
Legislativo	1.465,2	1.674,7	14,3%
Judiciário	7.197,4	8.752,8	21,6%
Crédito Extraordinário ¹	6.382,4	4.035,9	-36,8%
PAC ²	44.714,8	57.698,0	29,0%
Outras ³	3.999,6	4.279,9	7,0%
Compensação RGPS ⁴	9.019,7	18.052,0	100,1%
Discrecionárias	175.285,2	200.637,2	14,5%
Min. da Saúde	74.277,8	84.556,3	13,8%
Min. do Des. Social	27.981,6	31.244,2	11,7%
Min. da Educação	31.347,4	36.392,9	16,1%
Demais	41.678,4	48.443,8	16,2%
Total	251.431,7	299.985,6	22,3%

Fonte: Tesouro Nacional

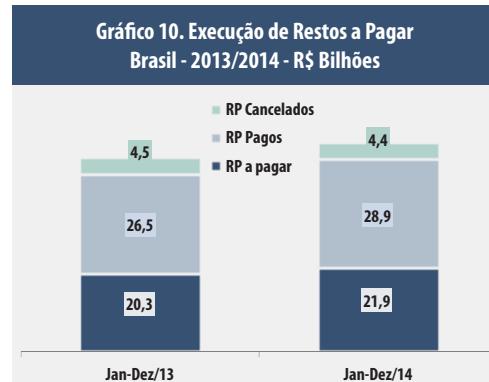
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Exclui crédito extraordinário relativo ao Programa de Aceleração do Crescimento.

2. Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário.

3. Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistiados, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

4. Despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.



R\$ Milhões

Discriminação	Jan - Dez	
	2013	2014
Agricultura	3.279,1	2.634,8
Custeio Agropecuário	126,1	640,5
Investimento Rural	332,1	70,8
Preços Agrícolas	275,2	911,5
EGF	85,6	7,6
AGF	37,2	453,9
Sustent. de preços	152,3	449,9
Pronaf	1.618,1	504,5
Pesa	785,9	355,5
Álcool	0,0	0,0
Cacau	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	66,5	45,2
FUNCAFÉ	68,2	103,9
Revitaliza	6,9	2,8
Outros	2.302,3	1.639,1
PSI	121,9	110,7
Op. Microcredito (EQMPO)	477,4	367,3
Op. Microcredito (EQPCD)	0,5	0,8
FND	0,0	0,0
FSA	250,0	125,0
Exportação (Proex)	226,4	628,9
Itaipu ¹	472,9	406,3
Capitalização à EMGEA	753,2	0,0
Total	5.581,4	4.274,0

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Refere-se à subvenção parcial à remuneração por cessão de energia elétrica de Itaipu, conforme Decreto Legislativo nº 129/2011.

R\$ Milhões

Tabela 12- Quantidade de Benefícios Emitidos LOAS - Média Acumulada no Ano
Brasil - 2008/2014

	Total LOAS	Variação em relação à média do ano anterior	Idosos	Variação em relação à média do ano anterior	Portadores de Necessidades Especiais	Variação em relação à média do ano anterior
média 2007	2.575.467,0	7,8%	1.239.649,3	9,5%	1.335.817,8	6,3%
média 2008	2.810.538,0	9,1%	1.360.235,3	9,7%	1.450.302,8	8,6%
média 2009	3.052.295,3	8,6%	1.487.566,1	9,4%	1.564.729,2	7,9%
média 2010	3.290.375,3	7,8%	1.583.853,0	6,5%	1.706.522,3	9,1%
média 2011	3.506.563,7	6,6%	1.658.459,3	4,7%	1.848.104,3	8,3%
média 2012	3.683.282,7	5,0%	1.717.885,8	3,6%	1.965.396,9	6,3%
média 2013	3.869.032,5	5,0%	1.787.220,4	4,0%	2.081.812,1	5,9%
Dez/07	2.575.467,0	-	1.239.649,3	-	1.335.817,8	-
Dez/08	2.810.538,0	9,1%	1.360.235,3	9,7%	1.450.302,8	8,6%
Dez/09	3.052.295,3	8,6%	1.487.566,1	9,4%	1.564.729,2	7,9%
Dez/10	3.290.375,3	7,8%	1.583.853,0	6,5%	1.706.522,3	9,1%
Dez/11	3.506.563,7	6,6%	1.658.459,3	4,7%	1.848.104,3	8,3%
Dez/12	3.683.282,7	5,0%	1.717.885,8	3,6%	1.965.396,9	6,3%
Dez/13	3.869.032,5	5,0%	1.787.220,4	4,0%	2.081.812,1	5,9%
Dez/14	4.053.605,1	4,8%	1.852.351,9	3,6%	2.201.253,2	5,7%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

% PIB

Tabela 13 - Despesas do Tesouro Nacional - Brasil - 2013/2014

Discriminação	Jan - Dez	
	2013	2014
DESPESAS DO TESOURO NACIONAL	11,41%	12,34%
Pessoal e Encargos Social	4,18%	4,28%
Custeio e Capital	7,19%	8,01%
Despesas do FAT	0,92%	1,06%
Subsídios e Subvenções ¹	0,21%	0,18%
LOAS/RMV ²	0,70%	0,75%
Outras	5,19%	5,84%
Transferências ao Bacen	0,04%	0,05%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

2. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central. A partir de janeiro de 2010, a rubrica inclui despesas com sentenças judiciais e precatórios.

Previdência Social

Em dezembro de 2014, a Previdência Social registrou superávit de R\$ 1,8 bilhão contra déficit de R\$ 7,9 bilhões no mês anterior, reflexo da arrecadação da contribuição previdenciária incidente sobre o 13º salário pago aos trabalhadores em dezembro.

Discriminação do Resultado				R\$ Milhões		
	Nov/14	Dez/14	Variação %	Jan - Dez 2013	2014	Variação %
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	28.818,7	43.717,3	51,7%	307.147,0	337.503,1	9,9%
Arrecadação Bruta	31.837,7	47.406,7	48,9%	341.836,6	375.815,4	9,9%
Contribuição Previdenciária	26.061,8	41.756,4	60,2%	299.919,5	319.274,9	6,5%
Simples ¹	3.920,5	3.593,3	-8,3%	30.336,9	36.213,8	19,4%
CFT	0,0	0,0	-	99,1	0,0	-100,0%
Depósitos Judiciais	145,2	264,3	82,1%	2.346,8	2.142,3	-8,7%
Refis	21,5	16,2	-24,6%	114,7	132,4	15,5%
Compensação RGPS ²	1.688,8	1.776,5	5,2%	9.019,7	18.052,0	100,1%
(-) Restituição/Devolução	-102,3	-648,9	534,5%	-1.832,6	-1.798,1	-1,9%
(-) Transferências a Terceiros	-2.916,7	-3.040,5	4,2%	-32.857,0	-36.514,2	11,1%
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	36.730,2	41.948,2	14,2%	357.003,1	394.201,2	10,4%
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-7.911,5	1.769,1	-	-49.856,1	-56.698,1	13,7%
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB				-1,03%	-1,10%	

Fonte: Ministério da Previdência Social

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Inclui arrecadação previdenciária vinculada à Lei nº 11.941/2009.

2. Receita correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.

Previdência Social

Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

Em dezembro de 2014, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou superávit de R\$ 1,8 bilhão, contra um déficit de R\$ 7,9 bilhões em novembro. Os principais fatores que contribuíram para este resultado foram:

- i) a arrecadação líquida de dezembro teve um crescimento de R\$ 14,9 bilhões (51,7% em relação a novembro) em virtude da arrecadação das contribuições previdenciárias incidentes sobre o 13º salário pago aos trabalhadores em dezembro e do aumento de R\$ 119,1 milhões de depósitos judiciais. Além disso, houve o ingresso de R\$ 1,8 bilhão na receita de compensação do RGPS, devida pela União à Previdência Social em função da desoneração da folha de pagamentos estabelecida na Lei nº 12.715/12, R\$ 87,7 milhões superior ao registrado no mês anterior;
- ii) aumento de R\$ 5,2 bilhões no total de despesas com benefícios (14,2%) devido, principalmente, ao pagamento da última parcela do abono equivalente à gratificação natalina dos segurados e dependentes da Previdência, conforme Decreto nº 8.292, de 4 de agosto de 2014; e
- iii) diminuição de R\$ 2,8 bilhões de precatórios e sentenças judiciais de benefícios previdenciários em comparação com novembro.

Previdência Social

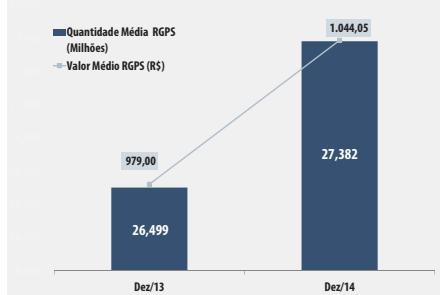
Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

Comparativamente ao acumulado até dezembro, o déficit aumentou de 1,03% para 1,10% do PIB. Em termos nominais, o déficit teve um aumento de R\$ 6,8 bilhões (13,7%), acumulando R\$ 56,7 bilhões no ano, contra R\$ 49,9 bilhões em 2013.

Ressalte-se que o resultado da receita previdenciária no período foi influenciado pelas desonerações tributárias sobre a folha de pagamentos, em especial, pelas desonerações instituídas por meio da Lei nº 12.546/2011 e suas alterações. Nesse sentido, é realizada compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social nos termos da Portaria Conjunta RFB/MF/INSS/MPS nº 2, de 28 de abril de 2013.

O déficit previdenciário aumentou de 1,03% do PIB em 2013 para 1,10% em 2014.

Gráfico 11. Benefícios Emitidos da Previdência Brasil - 2013/2014



A arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 30,4 bilhões (9,9%). Isso se deve ao crescimento de 9,1% da massa salarial, calculada para o período entre dezembro de 2013 a novembro de 2014, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, que refletiu o aumento de R\$ 19,4 bilhões (6,5%) nas contribuições previdenciárias. Outro fator que explica o aumento na arrecadação líquida foi

o acréscimo de R\$ 9,0 bilhões (100,1%) do montante de compensações do RGPS. Destaca-se também o aumento da arrecadação proveniente das micro e pequenas empresas, por meio do Simples, que teve um incremento de R\$ 5,9 bilhões (19,4%).

As despesas com benefícios apresentaram aumento de R\$ 37,2 bilhões (11,1%), comparativamente ao período idêntico do exercício de 2013, devido, principalmente, aos seguintes fatores:

i) aumento de R\$ 65,05 (6,6%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso;

ii) elevação de 882,1 mil no número médio de benefícios mensais emitidos em 2014 (3,3%), resultado, sobretudo, dos aumentos de 614,2 mil de benefícios referentes a aposentadorias, de 168,8 mil referentes a pensões por morte e 83,5 mil de benefícios referentes a auxílio-doença;

iii) pagamento de precatórios e sentenças judiciais de benefícios previdenciários no valor de R\$ 9,4 bilhões até dezembro de 2014 contra o pagamento de R\$ 7,4 bilhões no mesmo período de 2013.

Tabela 15 - Resultado da Previdência Social - Brasil - 2013/2014							
Discriminação	R\$ Milhões		Variação %	% PIB			
	Jan - Dez			2013		2014	
	2013	2014		2013	2014		
CONTRIBUIÇÃO	307.147,0	337.503,1	9,9%	6,34%	6,57%		
Urbano	300.990,9	330.833,0	9,9%	6,21%	6,44%		
Rural	6.156,0	6.670,2	8,4%	0,13%	0,13%		
BENEFÍCIOS	357.003,1	394.201,2	10,4%	7,37%	7,68%		
Urbano	276.648,6	305.498,7	10,4%	5,71%	5,95%		
Rural	80.354,5	88.702,6	10,4%	1,66%	1,73%		
RESULTADO PRIMÁRIO	-49.856,1	-56.698,1	13,7%	-1,03%	-1,10%		
Urbano	24.342,3	25.334,3	4,08%	0,50%	0,49%		
Rural	-74.198,5	-82.032,4	10,6%	-1,53%	-1,60%		

Fonte: Ministério da Previdência Social

Obs.1: Dados sujeitos a alteração.

Obs.2: A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

Em mil benefícios

Tabela 16 - Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social - Brasil - 2013/2014						
Discriminação	Nov/14	Dez/14	Variação %	Média Jan - Dez		Variação %
				2013	2014	
BENEFÍCIOS DO RGPS	27.757	27.819	0,2%	26.499	27.382	3,3%
Previdênciários	26.895	26.958	0,2%	25.654	26.527	3,4%
Aposentadorias	17.889	17.940	0,3%	17.043	17.650	3,6%
Idade	9.479	9.509	0,3%	8.985	9.340	4,0%
Invalidez	3.172	3.177	0,2%	3.093	3.150	1,9%
Tempo de contribuição	5.238	5.255	0,3%	4.966	5.160	3,9%
Pensão por morte	7.302	7.317	0,2%	7.067	7.238	2,4%
Auxílio-Doença	1.516	1.516	0,0%	1.371	1.456	6,2%
Salário - maternidade	89	86	-3,3%	88	87	-0,4%
Outros	100	99	-0,2%	85	95	12,2%
Acidentários	861	861	0,0%	845	855	1,2%
Aposentadorias	196	196	0,3%	185	193	4,0%
Pensão por morte	119	119	-0,1%	121	119	-1,6%
Auxílio - doença	176	175	-0,7%	175	174	-0,7%
Auxílio - acidente	312	313	0,3%	300	309	3,0%
Auxílio - suplementar	59	58	-0,4%	64	60	-5,4%

Fonte: Ministério da Previdência Social

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Dívida Líquida do Tesouro Nacional

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional - DLTN alcançou o montante de R\$ 1,2 trilhão em dezembro de 2014. Comparativamente ao mês anterior houve aumento de R\$ 43,2 bilhões, consequência do acréscimo de R\$ 39,8 bilhões na dívida interna líquida e de R\$ 3,4 bilhões no estoque da dívida externa líquida.

R\$ Milhões

Tabela 17 - Dívida Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - 2013/2014

Discriminação	Nov/14	Dez/14	Variação %	Dez/13	Dez/14	Variação %
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	1.013.595,4	1.053.432,8	3,9%	847.517,3	1.053.432,8	24,3%
Dívida Interna	3.109.436,2	3.280.510,3	5,5%	2.965.244,4	3.280.510,3	10,6%
Haveres Internos	2.095.840,8	2.227.077,5	6,3%	2.117.727,1	2.227.077,5	5,2%
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	108.416,9	111.804,8	3,1%	94.363,8	111.804,8	18,5%
Dívida Externa	108.951,7	112.287,1	3,1%	94.682,7	112.287,1	18,6%
Haveres Externos	534,8	482,3	-9,8%	318,9	482,3	51,2%
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	1.122.012,3	1.165.237,6	3,9%	941.881,1	1.165.237,6	23,7%
IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB ¹	22,0%	22,7%		19,4%	22,7%	

Fonte: Tesouro Nacional

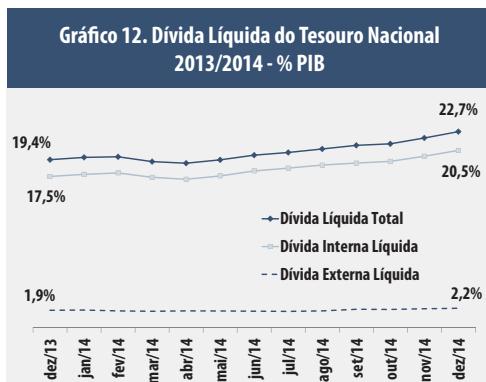
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Em relação a dezembro de 2013, a DLTN aumentou R\$ 223,4 bilhões, em decorrência do aumento de R\$ 205,9 bilhões no estoque da dívida interna líquida e da elevação de R\$ 17,4 bilhões no estoque da dívida externa líquida.

Em percentual do PIB, a DLTN aumentou cerca de 3,3 p.p. no mesmo período, passando de 19,4% em dezembro de 2013 para 22,7% em dezembro de 2014.

Em dezembro de 2014, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional atingiu 22,7% do PIB, 3,3 p.p. superior ao montante registrado em dezembro de 2013.



Dívida Interna Líquida

R\$ Milhões

Tabela 18 - Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - 2012 / 2013

Discriminação	Nov/14	Dez/14	Variação %	Dez/13	Dez/14	Variação %
I. DÍVIDA INTERNA	3.109.436,2	3.280.510,3	5,5%	2.965.244,4	3.280.510,3	10,6%
Dívida Mobiliária	3.106.461,1	3.271.648,6	5,3%	2.960.956,1	3.271.648,6	10,5%
DPMFi em Poder do PÚBLICO ¹	2.100.003,9	2.183.611,0	4,0%	2.028.126,0	2.183.611,0	7,7%
DPMFi em Poder do Banco Central	1.036.979,2	1.117.440,2	7,8%	958.098,3	1.117.440,2	16,6%
(-) Aplicações em Títulos Públicos ²	-30.522,0	-29.402,7	-3,7%	-25.268,1	-29.402,7	16,4%
Demais Obrigações Internas	2.975,1	8.861,7	197,9%	4.288,3	8.861,7	106,6%
II. HAVERES INTERNOS	2.095.840,8	2.227.077,5	6,3%	2.117.727,1	2.227.077,5	5,2%
Disponibilidades Internas	535.295,2	616.946,1	15,3%	657.375,5	616.946,1	-6,2%
Haveres junto aos Governos Regionais	531.998,0	536.689,3	0,9%	523.749,0	536.689,3	2,5%
Haveres da Administração Indireta	379.246,0	387.236,3	2,1%	339.936,3	387.236,3	13,9%
Haveres Administrados pela STN	649.301,5	686.205,8	5,7%	596.666,3	686.205,8	15,0%
III. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	1.013.595,4	1.053.432,8	3,9%	847.517,3	1.053.432,8	24,3%
IV. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB ³	19,8%	20,5%		17,5%	20,5%	

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Inclui TDA e dívida securitizada.

2. Refere-se a aplicações do FAT e fundos públicos em títulos públicos federais.

3. PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

No mês de dezembro, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 1,1 trilhão, apresentando um acréscimo de R\$ 39,8 bilhões em relação ao mês anterior, consequência ao aumento de R\$ 131,2 bilhões no saldo de haveres internos e de R\$ 171,1 bilhões no estoque da dívida interna bruta. Como percentual do PIB, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional representou o equivalente a 20,5% em dezembro de 2014.

A Dívida Mobiliária Interna (Dívida Pública Mobiliária Federal interna - DPMFi), descontadas as aplicações do FAT e de outros fundos públicos em títulos

R\$ Milhões

Tabela 19 - Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional - Brasil - 2013/2014

Discriminação	Nov/14	Dez/14	Variação %	Dez/13	Dez/14	Variação %
EM PODER DO PÚBLICO	2.100.003,9	2.183.611,0	4,0%	2.028.126,0	2.183.611,0	7,7%
LFT	407.931,3	418.587,2	2,6%	395.064,6	418.587,2	6,0%
LTN	643.645,2	686.033,3	6,6%	645.144,8	686.033,3	6,3%
NTN-B	694.699,3	713.685,6	2,7%	649.722,4	713.685,6	9,8%
NTN-C	71.013,8	72.049,7	1,5%	69.326,1	72.049,7	3,9%
NTN-F	244.657,3	254.758,0	4,1%	232.977,0	254.758,0	9,3%
Demais ¹	38.056,9	38.497,3	1,2%	35.891,1	38.497,3	7,3%
APLICAÇÕES EM TÍTULOS PÚBLICOS	-30.522,0	-29.402,7	-3,7%	-25.268,1	-29.402,7	16,4%
EM PODER DO BANCO CENTRAL	1.036.979,2	1.117.440,2	7,8%	958.098,3	1.117.440,2	16,6%
TOTAL	3.106.461,1	3.271.648,6	5,3%	2.960.956,1	3.271.648,6	10,5%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Inclui TDA e dívida securitizada.

federais, aumentou R\$ 165,2 bilhões em relação ao mês anterior. Essa variação pode ser explicada pela emissão líquida de R\$ 132,6 bilhões e pela apropriação de juros no valor de R\$ 31,5 bilhões.

R\$ Milhões

Discriminação	Saldo Nov/14	Fatores de Variação ²			Saldo Dez/14
		Emissões	Resgates ³	Juros ⁴	
EM PODER DO PÚBLICO	2.100.003,9	68.073,8	-6.056,4	21.589,8	2.183.611,0
LFT	407.931,3	6.825,6	-140,2	3.970,5	418.587,2
LTN	643.645,2	36.378,1	-30,3	6.040,3	686.033,3
NTN-B	694.699,3	16.936,2	-5.148,6	7.198,7	713.685,6
NTN-C	71.013,8	0,0	-0,2	1.036,1	72.049,7
NTN-F	244.657,3	7.554,0	-9,7	2.556,4	254.758,0
Demais ⁵	38.056,9	379,9	-727,4	787,9	38.497,3
EM PODER DO BANCO CENTRAL	1.036.979,2	70.600,1	0,0	9.860,9	1.117.440,2
TOTAL	3.136.983,1	138.673,9	-6.056,4	31.450,7	3.301.051,3

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações oficiais em títulos públicos.

2. Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acréscimo) ao saldo da obrigação.

3. Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

4. Refere-se aos juros apropriados por competência.

5. Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

A carteira de títulos em poder do público cresceu R\$ 83,6 bilhões em relação ao mês anterior. Houve emissão líquida de R\$ 62,0 bilhões e apropriação de juros no valor de R\$ 21,6 bilhões. O estoque da carteira de títulos do Banco Central aumentou R\$ 80,5 bilhões, devido à emissão líquida de R\$ 70,6 bilhões, e à apropriação de juros de R\$ 9,9 bilhões no mês de dezembro de 2014.

Os haveres internos do Tesouro Nacional apresentaram aumento de R\$ 131,2 bilhões em relação ao mês anterior, refletindo principalmente o acréscimo de R\$ 81,7 bilhões nas disponibilidades internas, em especial do saldo da conta única. Comparativamente ao saldo de dezembro do exercício de 2013, houve aumento de R\$ 109,4 bilhões no total de haveres internos do Tesouro Nacional, fruto, sobretudo, do acréscimo de R\$ 89,5 bilhões nos haveres administrados pela Secretaria do Tesouro Nacional, que teve como destaque os haveres de legislação específica. Outros fatores que explicam o aumento dos haveres internos do Tesouro Nacional, em relação a dezembro de 2013, foram os acréscimos de R\$ 47,3 bilhões nos haveres da administração indireta, e a redução de R\$ 40,4 bilhões nas disponibilidades internas.

Relativamente ao ano anterior, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional aumentou R\$ 205,9 bilhões, passando de R\$ 847,5 bilhões, em dezembro de 2013, para R\$ 1,1 trilhão em dezembro de 2014. Esse comportamento é consequência do crescimento de R\$ 315,3 bilhões no estoque da dívida interna bruta, que superou o aumento de R\$ 109,4 bilhões verificado no saldo dos haveres internos. Em relação ao PIB, houve crescimento, passando de 17,5% para 20,5%.

A evolução da Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional no mês é explicada pela apropriação de juros no valor de R\$ 31,5 bilhões e pela emissão líquida de R\$ 132,6 bilhões.

R\$ Milhões

Tabela 21 - Haveres Internos do Tesouro Nacional - Brasil - 2013/2014

Discriminação	Nov/14	Dez/14	Variação %	Dez/13	Dez/14	Variação %
DISPONIBILIDADES INTERNAS	535.295,2	616.946,1	15,3%	657.375,5	616.946,1	-6,2%
HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS	531.998,0	536.689,3	0,9%	523.749,0	536.689,3	2,5%
Lei 9.496/97	418.696,5	422.387,4	0,9%	410.414,2	422.387,4	2,9%
MP 2.185/01	74.388,6	75.087,3	0,9%	70.700,1	75.087,3	6,2%
Lei 8.727/93	12.885,5	12.813,4	-0,6%	15.087,8	12.813,4	-15,1%
Antecipação de Royalties	5.206,9	5.250,2	0,8%	6.424,7	5.250,2	-18,3%
Bônus Renegociados	5.013,8	5.225,1	4,2%	5.184,6	5.225,1	0,8%
Demais Haveres	15.806,7	15.925,9	0,8%	15.937,7	15.925,9	-0,1%
HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	379.246,0	387.236,3	2,1%	339.936,3	387.236,3	13,9%
FAT	198.525,7	202.481,1	2,0%	186.988,0	202.481,1	8,3%
Fundos Regionais	91.863,0	92.800,9	1,0%	82.964,3	92.800,9	11,9%
Demais	88.857,3	91.954,3	3,5%	69.984,0	91.954,3	31,4%
HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN	649.301,5	686.205,8	5,7%	596.666,3	686.205,8	15,0%
TOTAL	2.095.840,8	2.227.077,5	6,3%	2.117.727,1	2.227.077,5	5,2%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Dívida Externa Líquida

R\$ Milhões

Tabela 22 - Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - 2013/2014

Discriminação	Nov/14	Dez/14	Variação %	Dez/13	Dez/14	Variação %
I. DÍVIDA EXTERNA	108.951,7	112.287,1	3,1%	94.682,7	112.287,1	18,6%
Dívida Mobiliária	98.933,0	102.550,6	3,7%	85.393,9	102.550,6	20,1%
Euro	5.954,8	6.048,0	1,6%	2.777,4	6.048,0	117,8%
Global US\$	79.231,3	82.637,8	4,3%	68.748,7	82.637,8	20,2%
Global BRL	13.746,9	13.864,8	0,9%	13.867,7	13.864,8	0,0%
Demais	-	-	-	-	-	-
Dívida Contratual	10.018,7	9.736,5	-2,8%	9.288,9	9.736,5	4,8%
Organismos Internacionais	3.379,2	3.531,7	4,5%	3.052,5	3.531,7	15,7%
Bancos Privados e Agências Governamentais	6.639,5	6.204,8	-6,5%	6.236,4	6.204,8	-0,5%
II. HAVERES EXTERNOS	534,8	482,3	-9,8%	318,9	482,3	51,2%
Disponibilidades de Fundos, Autarquias e Fundações	534,8	482,3	-9,8%	318,9	482,3	51,2%
III. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	108.416,9	111.804,8	3,1%	94.363,8	111.804,8	18,5%
IV. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB ¹	2,1%	2,2%		1,9%	2,2%	

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Em dezembro, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 111,8 bilhões, contra R\$ 108,4 bilhões em novembro. Houve aumento de R\$ 3,4 bilhões em relação ao mês anterior, explicado pelo efeito conjunto da variação cambial de R\$ 3,3 bilhões, do resgate líquido de R\$ 732,5 milhões e da apropriação de juros no valor de R\$ 784,0 milhões.

Em dezembro de 2014, a Dívida Externa Líquida totalizou R\$ 111,8 bilhões, que equivale a 2,2% do PIB.

R\$ Milhões

Tabela 23 - Variação da Dívida Externa do Tesouro Nacional - Brasil - 2014

Discriminação	Saldo Nov/14	Fatores de Variação ²				Saldo Dez/14
		Emissões	Resgates ¹	Juros ²	Variação Cambial	
DÍVIDA MOBILIÁRIA ³	98.933,0	0,0	0,0	577,1	3.040,6	102.550,6
Global US\$	79.231,3	0,0	0,0	432,4	2.974,2	82.637,8
Euro	5.954,8	0,0	0,0	26,8	66,4	6.048,0
Global BRL	13.746,9	0,0	0,0	117,9	0,0	13.864,8
Demais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
DÍVIDA CONTRATUAL	10.018,7	132,8	-865,2	206,9	243,3	9.736,5
Org. Internacionais	3.379,2	27,0	-20,2	18,8	126,9	3.531,7
Bancos Privados/Agencias Governamentais	6.639,5	105,7	-845,1	188,2	116,4	6.204,8
TOTAL	108.951,7	132,8	-865,2	784,0	3.283,9	112.287,1

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos, pagamentos antecipados e outros ajustes.

2. Refere-se aos juros nominais apropriados por competência na moeda de referência, convertido para moeda local pela taxa de câmbio de final de período.

3. A partir de Jan/2010, o estoque da dívida mobiliária passou a ser apurado pelo método da TIR, alinhando-se à metodologia utilizada na apuração do estoque da DPMFi.

Comparativamente ao ano anterior, a elevação da Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional foi de R\$ 17,4 bilhões, passando de R\$ 94,4 bilhões, em dezembro de 2013, para R\$ 111,8 bilhões, em dezembro de 2014. Do estoque total da dívida externa, a dívida mobiliária corresponde a 91,3% (R\$ 102,6 bilhões) e a dívida contratual representa 8,7% (R\$ 9,7 bilhões).

Em proporção do PIB, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional aumentou 0,3 p.p. no mesmo período, passando de 1,9% em dezembro de 2013 para 2,2% em dezembro de 2014.

Anexos

1. Lista de Abreviaturas

2. Tabelas do Resultado Fiscal

Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Mensal

Tabela 1.2. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal

Tabela 2.2. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 3.1. Dividendos pagos à União - Brasil - Mensal

Tabela 3.2. Dividendos pagos à União - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 4.1. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal

Tabela 4.2. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 5.1. Investimento do Governo Federal por Órgão - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 6.1. Execução Financeira do Tesouro Nacional - Brasil - Mensal

Tabela 6.2. Execução Financeira do Tesouro Nacional - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 7.1. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central - Brasil - Mensal

Tabela 7.2. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 8.1. Dívida Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - Mensal

3. Boletim de Transferências para Estados e Municípios - Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

1. Lista de Abreviaturas

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

- Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
Emgea – Empresa Gestora de Ativos
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
Fistel – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
FSB - Fundo Soberano do Brasil
Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
II - Imposto de Importação
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IOF - Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
Paes – Parcelamento Especial
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional

PIB – Produto Interno Bruto

PIS – Programa de Integração Social

POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito

Proex – Programa de Incentivo às Exportações

Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PSH – Programa de Subsídio à Habitação

PSI – Programa de Sustentação do Investimento

Refis – Programa de Recuperação Fiscal

RFB – Receita Federal do Brasil

RGPS – Regime Geral da Previdência Social

RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)

CVS – título representativo da dívida do FCVS

DPFe – Dívida Pública Federal Externa

DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna

FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais

Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior

IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)

Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITR – Imposto Territorial Rural

IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado

LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)

LTN – Letras do Tesouro Nacional

NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)

PAF – Plano Anual de Financiamento

Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia

TDA – Títulos da Dívida Agrária

TR – Taxa Referencial

Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central^{1/} - Brasil - Mensal
R\$ Milhões

Discriminação	2013	2014		Variação (%)	
	Dezembro	Novembro	Dezembro	Dez/14 Nov/14	Dez/14 Dez/13
1. RECEITA TOTAL	119.697,8	102.383,3	121.011,2	18,2%	1,1%
Receitas do Tesouro Nacional	77.823,3	73.476,9	76.885,3	4,6%	-1,2%
Receita Bruta	81.036,4	76.750,4	79.485,9	3,6%	-1,9%
Impostos	44.826,9	35.256,2	43.062,8	22,1%	-3,9%
Contribuições	44.477,4	30.173,4	28.225,4	-6,5%	-36,5%
Demais ^{2/}	-8.267,9	11.320,8	8.197,8	-27,6%	-
d/q Cessão Onerosa Exploração Petróleo	0,0	0,0	0,0	-	-
(-) Restituições	-3.213,1	-3.273,5	-2.600,6	-20,6%	-19,1%
(-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-	-
Receitas da Previdência Social	41.743,4	28.818,7	43.717,3	51,7%	4,7%
Receitas da Previdência Social - Urbano ^{3/}	41.101,7	28.283,5	43.057,8	52,2%	4,8%
Receitas da Previdência Social - Rural ^{3/}	641,8	535,2	659,6	23,2%	2,8%
Receitas do Banco Central	131,1	87,6	408,5	366,2%	211,7%
2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	18.889,8	18.718,7	21.929,0	17,2%	16,1%
Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	16.632,8	13.401,8	18.037,8	34,6%	8,4%
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002^{4/}	162,5	162,5	325,0	100,0%	100,0%
Transferências da Cide - Combustíveis	0,0	0,0	0,0	-	-
Demais Transferências	2.094,5	5.154,5	3.566,2	-30,8%	70,3%
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	100.807,9	83.664,5	99.082,2	18,4%	-1,7%
4. DESPESA TOTAL	86.350,3	90.316,3	98.043,0	8,6%	13,5%
Despesas do Tesouro Nacional	49.641,2	53.211,3	55.769,3	4,8%	12,3%
Pessoal e Encargos Sociais ^{2/}	21.406,6	21.414,6	23.094,6	7,8%	7,9%
Custeio e Capital	28.142,9	31.753,8	32.321,1	1,8%	14,8%
Despesa do FAT	1.606,8	3.492,8	3.458,4	-1,0%	115,2%
Abono e Seguro Desemprego	1.543,0	3.450,0	3.401,0	-1,4%	120,4%
Demais Despesas do FAT	63,8	42,8	57,4	34,2%	-9,9%
Subsídios e Subvenções Econômicas ^{5/}	717,4	744,1	557,5	-25,1%	-22,3%
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	201,7	340,1	153,2	-55,0%	-24,1%
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	515,7	404,0	404,3	0,1%	-21,6%
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ^{6/}	2.531,6	3.281,7	3.262,8	-0,6%	28,9%
Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	0,0	-	-
Auxílio à CDE	1.500,0	0,0	207,7	-	-86,2%
Outras Despesas de Custeio e Capital	21.787,2	24.235,2	24.834,7	2,5%	14,0%
Outras Despesas de Custeio	16.957,3	19.427,1	20.913,9	7,7%	23,3%
Outras Despesas de Capital ^{7/}	4.829,9	4.808,1	3.920,8	-18,5%	-18,8%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	91,8	42,9	353,6	724,0%	285,4%
Benefícios Previdenciários	36.290,0	36.730,2	41.948,2	14,2%	15,6%
Benefícios Previdenciários - Urbano ^{3/}	29.444,0	27.381,6	33.968,4	24,1%	15,4%
Benefícios Previdenciários - Rural ^{3/}	6.846,0	9.348,6	7.979,8	-14,6%	16,6%
Despesas do Banco Central	419,1	374,8	325,5	-13,1%	-22,3%
5. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB^{8/}	0,0	0,0	0,0	-	-
6. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (3 - 4 + 5)	14.457,6	-6.651,8	1.039,2	-	-92,8%
Tesouro Nacional	9.292,2	1.546,8	-813,0	-	-
Previdência Social (RGPS)^{9/}	5.453,4	-7.911,5	1.769,1	-	-67,6%
Previdência Social (RGPS) - Urbano ^{3/}	11.657,6	901,9	9.089,4	907,8%	-22,0%
Previdência Social (RGPS) - Rural ^{3/}	-6.204,2	-8.813,4	-7.320,2	-16,9%	18,0%
Banco Central^{10/}	-288,0	-287,1	83,0	-	-
7. AJUSTE METODOLÓGICO^{11/}	0,0	0,0	0,0	-	-
8. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	286,8	-7,1	n.d.	-	-
9. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (6 + 7 + 8)^{12/}	14.744,4	-6.658,9	n.d.	-	-
10. JUROS NOMINAIS^{12/}	-19.444,9	-26.865,1	n.d.	-	-
11. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (9 + 10)^{12/}	-4.700,5	-33.524,0	n.d.	-	-
<i>Memo:</i>				-	-
Parcela patronal da CPSS ^{2/}	1.125,4	2.185,0	1.442,1	-34,0%	28,1%
RMV ^{6/}	119,5	132,0	125,5	-4,9%	5,0%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

2/ Exclui a receita da Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem erros no resultado primário consolidado.

3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

4/ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

5/ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

6/ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Lei Orgânica de Vantagem Financeira (LOVF) são despesas assistenciais pagas pelo Governo Central. A partir de janeiro de 2010, a rubrica inclui despesas com sentenças judiciais e precatórios.

7/ Apurado pelo conceito de "Despesas pagas", que corresponde aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano de referência. Exclui Ordens Bancárias do último dia do mês de referência, com impacto no caixa do período seguinte. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais informações da tabela porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção das despesas financeiras, conforme detalhamento na tabela A9. Inclui despesas com o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 516/2012.

8/ Em 2008 corresponde à despesa de integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008. Em 2012 corresponde à receita proveniente do resgate de cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização – FFIE, conforme previsto na Resolução CDFS-B nº 9/2012.

9/ Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

10/ Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

11/ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

12/ Pelo critério "abaixo-da-linha", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil.

Tabela 1.2. Resultado Primário do Governo Central^{1/} - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões

Discriminação	2013 Jan-Dez	2014 Jan-Dez	Variação (%) Jan-Dez/14 Jan-Dez/13
1. RECEITA TOTAL	1.181.095,2	1.224.032,2	3,6%
Receitas do Tesouro Nacional	871.153,7	883.276,8	1,4%
Receita Bruta	894.673,6	906.159,4	1,3%
Impostos	407.432,7	428.355,9	5,1%
Contribuições	346.209,1	343.323,6	-0,8%
Demais ^{2/}	141.031,8	134.479,9	-4,6%
d/q Cessão Onerosa Exploração Petróleo	0,0	0,0	-
(-) Restituições	-23.468,3	-22.876,3	-2,5%
(-) Incentivos Fiscais	-51,6	-6,3	-87,8%
Receitas da Previdência Social	307.147,0	337.503,1	9,9%
Receitas da Previdência Social - Urbano ^{3/}	300.990,9	330.833,0	9,9%
Receitas da Previdência Social - Rural ^{3/}	6.156,0	6.670,2	8,4%
Receitas do Banco Central	2.794,5	3.252,3	16,4%
2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	189.986,5	210.165,2	10,6%
Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	143.921,4	156.823,0	9,0%
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002^{4/}	1.950,0	3.900,0	100,0%
Transferências da Cide - Combustíveis	57,3	116,1	102,5%
Demais Transferências	44.057,7	49.326,2	12,0%
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	991.108,7	1.013.866,9	2,3%
4. DESPESA TOTAL	914.115,2	1.031.109,8	12,8%
Despesas do Tesouro Nacional	552.999,5	633.541,5	14,6%
Pessoal e Encargos Sociais ^{2/}	202.744,0	219.834,1	8,4%
Custeio e Capital	348.143,5	411.140,9	18,1%
Despesa do FAT	44.688,2	54.381,2	21,7%
Abono e Seguro Desemprego	44.235,6	53.874,9	21,8%
Demais Despesas do FAT	452,6	506,4	11,9%
Subsídios e Subvenções Econômicas ^{5/}	10.212,1	9.008,6	-11,8%
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	5.581,4	4.429,1	-20,6%
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	4.630,7	4.579,6	-1,1%
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ^{6/}	33.943,6	38.557,8	13,6%
Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	-
Auxílio à CDE	7.868,0	9.207,7	17,0%
Outras Despesas de Custeio e Capital	251.431,7	299.985,6	19,3%
Outras Despesas de Custeio	188.207,5	222.449,9	18,2%
Outras Despesas de Capital ^{7/}	63.224,2	77.535,7	22,6%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	2.112,0	2.566,5	21,5%
Benefícios Previdenciários	357.003,1	394.201,2	10,4%
Benefícios Previdenciários - Urbano ^{3/}	276.648,6	305.498,7	10,4%
Benefícios Previdenciários - Rural ^{3/}	80.354,5	88.702,6	10,4%
Despesas do Banco Central	4.112,6	3.367,1	-18,1%
5. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB^{8/}	0,0	0,0	-
6. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (3 - 4 + 5)	76.993,5	-17.242,9	-
Tesouro Nacional	128.167,8	39.570,0	-69,1%
Previdência Social (RGPS)^{9/}	-49.856,1	-56.698,1	13,7%
Previdência Social (RGPS) - Urbano ^{3/}	24.342,3	25.334,3	4,1%
Previdência Social (RGPS) - Rural ^{3/}	-74.198,5	-82.032,4	10,6%
Banco Central^{10/}	-1.318,1	-114,8	-91,3%
7. AJUSTE METODOLÓGICO^{11/}	858,4	0,0	-100,0%
8. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-2.561,2	nd	-
9. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (6 + 7 + 8)^{12/}	75.290,7	nd	-
10. JUROS NOMINAIS^{12/}	-185.845,7	nd	-
11. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (9 + 10)^{12/}	-110.554,9	nd	-
<i>Memo:</i>			-
Parcela patronal da CPSS ^{2/}	14.405,8	16.018,0	11,2%
RMV ^{6/}	1.739,8	1.666,1	-4,2%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

2/ Exclui da receita da Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

4/ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

5/ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

6/ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central. A partir de janeiro de 2010, a rubrica inclui despesas com sentença.

7/ Apurado pelo conceito de "Despesas pagas", que corresponde aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano de referência. Exclui Ordens Bancárias do último dia do mês de referência, com impacto no caixa do período seguinte. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais informações da tabela porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção das despesas financeiras, conforme detalhamento na tabela A9. Inclui despesas com o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 516/2012.

8/ Em 2008 corresponde à despesa de integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na MP nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008. Em 2012 corresponde à receita proveniente do resgate de cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização – FFIE, conforme previsto na Resolução CDFSB nº 9/2012.

9/ Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

10/ Despesas administrativas líquidas da receita própria (inclui transferência do Tesouro Nacional).

11/ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

12/ Pelo critério "abaixo-da-linha", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil.

Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central^{1/} - Brasil - Mensal

R\$ Milhões



Discriminação	2013	2014		Variação (%)	
	Dezembro	Novembro	Dezembro	Dez/14 Nov/14	Dez/14 Dez/13
1. RECEITA TOTAL	119.697,8	102.383,3	121.011,2	18,2%	1,1%
Receitas do Tesouro Nacional	77.823,3	73.476,9	76.885,3	4,6%	-1,2%
Receita Bruta	81.036,4	76.750,4	79.485,9	3,6%	-1,9%
Impostos	44.826,9	35.256,2	43.062,8	22,1%	-3,9%
IR	33.934,1	24.442,4	31.900,6	30,5%	-6,0%
IR - Pessoa Física	1.420,0	1.985,1	1.306,0	-34,2%	-8,0%
IR - Pessoa Jurídica	14.334,5	8.420,8	11.457,3	36,1%	-20,1%
IR - Retido na Fonte	18.179,6	14.036,5	19.137,3	36,3%	5,3%
IRRF - Rendimentos do Trabalho	7.363,2	9.052,4	7.724,4	-14,7%	4,9%
IRRF - Rendimentos do Capital	7.240,1	2.766,0	7.948,0	187,4%	9,8%
IRRF - Remessas ao Exterior	2.328,6	1.385,4	2.597,9	87,5%	11,6%
IRRF - Outros Rendimentos	1.247,7	832,9	867,0	4,1%	-30,5%
IPI	4.267,3	4.867,4	5.318,8	9,3%	24,6%
IPI - Fumo	358,9	518,9	514,8	-0,8%	43,4%
IPI - Bebidas	236,9	259,4	208,7	-19,5%	-11,9%
IPI - Automóveis	218,3	451,4	397,7	-11,9%	82,2%
IPI - Vinculado a importação	1.317,8	1.335,0	1.258,1	-5,8%	-4,5%
IPI - Outros	2.135,4	2.302,7	2.939,5	27,7%	37,7%
IOF	3.029,5	2.767,1	2.802,7	1,3%	-7,5%
Imposto de Importação	3.498,2	3.087,7	2.961,1	-4,1%	-15,4%
Outros	97,7	91,5	79,6	-13,0%	-18,5%
Contribuições	44.477,4	30.173,4	28.225,4	-6,5%	-36,5%
COFINS	28.440,2	17.947,5	16.817,9	-6,3%	-40,9%
CPMF	39,9	2,1	0,0	-98,6%	-99,9%
CSLL	7.306,4	4.957,8	4.361,5	-12,0%	-40,3%
CIDE-Combustíveis	24,7	5,8	0,5	-92,1%	-98,1%
Pis/Pasep	6.414,6	4.681,0	4.502,2	-3,8%	-29,8%
Salário Educação	1.356,6	1.481,0	1.541,4	4,1%	13,6%
Outras ^{2/}	895,0	1.098,2	1.001,9	-8,8%	11,9%
Demais	-8.267,9	11.320,8	8.197,8	-27,6%	-
CPSS ^{3/}	1.110,2	1.807,4	1.146,2	-36,6%	3,2%
Cota parte de compensações financeiras	1.822,2	1.813,2	1.669,8	-7,9%	-8,4%
Diretamente arrecadadas	3.570,3	2.831,8	3.565,5	25,9%	-0,1%
Concessões	16,2	11,8	5.106,3	-	-
Dividendos	1.391,4	128,2	1.036,8	708,8%	-25,5%
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	0,0	0,0	0,0	-	-
Outras	-16.178,2	4.728,4	-4.326,9	-	-73,3%
(-) Restituições	-3.213,1	-3.273,5	-2.600,6	-20,6%	-19,1%
(-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-	-
Receitas da Previdência Social	41.743,4	28.818,7	43.717,3	51,7%	4,7%
Urbana	41.101,7	28.283,5	43.057,8	52,2%	4,8%
Rural	641,8	535,2	659,6	23,2%	2,8%
Receitas do Banco Central	131,1	87,6	408,5	366,2%	211,7%
2. TRANSFERÊNCIAS TOTAL^{4/}	18.889,8	18.718,7	21.929,0	17,2%	16,1%
Transferências Constitucionais	16.632,8	13.401,8	18.037,8	34,6%	8,4%
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 ^{5/}	162,5	162,5	325,0	100,0%	100,0%
Transferências da Cide - Combustíveis	0,0	0,0	0,0	-	-
Demais Transferências	2.094,5	5.154,5	3.566,2	-30,8%	70,3%
Salário Educação	0,0	889,2	880,9	-0,9%	-
Royalties	1.350,6	3.474,8	1.903,9	-45,2%	41,0%
Fundef/Fundeb	682,9	685,8	685,8	0,0%	0,4%
Outras	60,9	104,6	95,7	-8,5%	57,0%
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	100.807,9	83.664,5	99.082,2	18,4%	-1,7%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

2/ A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

3/ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

4/ Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

5/ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

Tabela 2.2. Receitas Primárias do Governo Central^{1/} - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões

Discriminação	2013 Jan-Dez	2014 Jan-Dez	Variação (%) Jan-Dez/14 Jan-Dez/13
1. RECEITA TOTAL	1.181.095,2	1.224.032,2	3,6%
Receitas do Tesouro Nacional	871.153,7	883.276,8	1,4%
Receita Bruta	894.673,6	906.159,4	1,3%
Impostos	407.432,7	428.355,9	5,1%
IR	292.809,7	309.197,1	5,6%
IR - Pessoa Física	26.452,4	27.805,3	5,1%
IR - Pessoa Jurídica	126.148,6	125.935,1	-0,2%
IR - Retido na Fonte	140.208,6	155.456,6	10,9%
IRRF - Rendimentos do Trabalho	78.819,9	86.895,8	10,2%
IRRF - Rendimentos do Capital	34.468,5	39.808,0	15,5%
IRRF - Remessas ao Exterior	16.971,0	18.689,8	10,1%
IRRF - Outros Rendimentos	9.949,3	10.062,9	1,1%
IPI	47.101,1	51.625,0	9,6%
IPI - Fumo	5.096,7	5.654,0	10,9%
IPI - Bebidas	3.427,3	3.343,3	-2,5%
IPI - Automóveis	3.504,6	4.562,2	30,2%
IPI - Vinculado a importação	15.210,3	15.187,0	-0,2%
IPI - Outros	19.862,1	22.878,6	15,2%
IOF	29.414,6	29.788,7	1,3%
Imposto de Importação	37.196,9	36.694,2	-1,4%
Outros	910,3	1.050,9	15,4%
Contribuições	346.209,1	343.323,6	-0,8%
COFINS	201.526,7	195.241,6	-3,1%
CPMF	93,9	8,5	-91,0%
CSLL	65.732,1	66.119,9	0,6%
CIDE-Combustíveis	34,9	13,7	-60,6%
Pis/Pasep	51.898,6	51.892,8	0,0%
Salário Educação	16.562,2	18.300,7	10,5%
Outras ^{2/}	10.360,9	11.746,5	13,4%
Demais	141.031,8	134.479,9	-4,6%
CPSS ^{3/}	12.342,2	13.260,3	7,4%
Cota parte de compensações financeiras	36.450,8	39.372,8	8,0%
Diretamente arrecadadas	43.022,2	42.800,4	-0,5%
Concessões	22.072,6	7.921,1	-64,1%
Dividendos	17.141,6	18.939,6	10,5%
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	0,0	0,0	-
Outras	10.002,3	12.185,7	21,8%
(-) Restituições	-23.468,3	-22.876,3	-2,5%
(-) Incentivos Fiscais	-51,6	-6,3	-87,8%
Receitas da Previdência Social	307.147,0	337.503,1	9,9%
Urbana	300.990,9	330.833,0	9,9%
Rural	6.156,0	6.670,2	8,4%
Receitas do Banco Central	2.794,5	3.252,3	16,4%
2. TRANSFERÊNCIAS TOTAL^{4/}	189.986,5	210.165,2	10,6%
Transferências Constitucionais	143.921,4	156.823,0	9,0%
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 ^{5/}	1.950,0	3.900,0	100,0%
Transferências da Cide - Combustíveis	57,3	116,1	102,5%
Demais Transferências	44.057,7	49.326,2	12,0%
Salário Educação	9.044,1	10.800,8	19,4%
Royalties	23.441,1	25.151,0	7,3%
Fundef/Fundeb	9.272,2	10.859,5	17,1%
Outras	2.300,3	2.514,9	9,3%
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	991.108,7	1.013.866,9	2,3%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

2/ A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

3/ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

4/ Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

5/ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

Tabela 3.1. Dividendos pagos à União^{1/} - Brasil - Mensal
R\$ Milhões



Discriminação	2013	2014		Variação (%)	
	Dezembro	Novembro	Dezembro	Dez/14 Nov/14	Dez/14 Dez/13
DIVIDENDOS	1.391,4	128,2	1.036,8	708,8%	-25,5%
Banco do Brasil	450,1	81,0	494,1	510,1%	9,8%
BNB	0,0	0,0	0,0	-	-
BNDES	606,9	0,0	0,0	-	-100,0%
Caixa	0,0	0,0	450,0	-	-
Correios	300,0	0,0	0,0	-	-100,0%
Eletrobras	0,0	0,0	0,0	-	-
IRB	22,0	0,0	35,3	-	60,0%
Petrobras	0,0	0,0	0,0	-	-
Demais	12,4	47,2	57,4	21,6%	364,3%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

**Tabela 3.2. Dividendos pagos à União^{1/} - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões**



Discriminação	2013	2014	Variação (%)
	Jan-Dez	Jan-Dez	Jan-Dez/14 Jan-Dez/13
DIVIDENDOS	17.141,6	18.939,6	10,5%
Banco do Brasil	3.455,5	2.413,0	-30,2%
BNB	228,0	97,5	-57,2%
BNDES	6.998,7	9.079,7	29,7%
Caixa	4.000,0	4.356,4	8,9%
Correios	401,1	0,0	-100,0%
Eletrobras	267,9	230,5	-13,9%
IRB	78,9	85,3	8,1%
Petrobras	1.015,5	2.012,7	98,2%
Demais	696,1	664,6	-4,5%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

Tabela 4.1. Despesas Primárias do Governo Central^{1/} - Brasil - Mensal
R\$ Milhões

Discriminação	2013	2014		Variação (%)	
		Dezembro	Novembro	Dezembro	Dez/14 Nov/14
DESPESA TOTAL	86.350,3	90.316,3	98.043,0	8,6%	13,5%
Despesas do Tesouro	49.641,2	53.211,3	55.769,3	4,8%	12,3%
<i>Pessoal e Encargos Sociais^{2/}</i>	21.406,6	21.414,6	23.094,6	7,8%	7,9%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	97,2	2.182,9	284,2	-87,0%	192,3%
<i>Custeio e Capital</i>	28.142,9	31.753,8	32.321,1	1,8%	14,8%
Despesa do FAT	1.606,8	3.492,8	3.458,4	-1,0%	115,2%
Abono e Seguro Desemprego	1.543,0	3.450,0	3.401,0	-1,4%	120,4%
Demais Despesas do FAT	63,8	42,8	57,4	34,2%	-9,9%
Subsídios e Subvenções Económicas ^{4/}	717,4	744,1	557,5	-25,1%	-22,3%
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	201,7	340,1	153,2	-55,0%	-24,1%
Equalização de custeio agropecuário	0,0	0,0	91,2	-	-
Equalização de invest. rural e agroindustrial ^{5/}	0,0	0,2	6,4	-	-
Política de preços agrícolas	-11,5	91,3	5,8	-93,6%	-
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	0,0	0,0	-	-
Equalização Aquisições do Governo Federal	5,4	41,1	-20,4	-	-
Garantia à Sustentação de Preços	-17,0	50,2	26,3	-47,7%	-
Pronaf	-14,7	17,2	-88,5	-	501,2%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	5,0	37,0	637,9%	-
Concessão de Financiamento ^{6/}	-14,7	12,2	-125,5	-	752,3%
Proex	-19,2	134,9	92,9	-31,2%	-
Equalização Empréstimo do Governo Federal	31,0	77,3	126,5	63,7%	308,5%
Concessão de Financiamento ^{6/}	-50,2	57,7	-33,6	-	-33,0%
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) ^{7/}	28,2	0,0	3,1	-	-89,1%
Álcool	0,0	0,0	0,0	-	-
Cacau	0,0	0,0	0,0	-	-
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	-	-
Securitização da dívida agrícola (Lei nº 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	-	-
Fundo da terra/ INCRA ^{6/}	14,4	67,4	32,2	-52,2%	123,7%
Funcafé	4,9	22,8	10,0	-56,1%	102,4%
Revitaliza	0,0	0,0	0,0	-	-
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	0,0	0,0	0,0	-	-
Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0	-	-
Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD) ^{8/}	0,0	0,0	0,0	-	-100,0%
Fundo nacional de desenvolvimento (FND) ^{6/}	0,0	0,0	0,0	-	-
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	0,0	0,0	0,0	-	-
Capitalização à Emgea	199,6	0,0	0,0	-	-100,0%
Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	0,0	-	-
Subvenções Económicas	0,0	6,3	0,2	-97,1%	-
Equalização dos Fundos FDA/FNDE/FCO	0,0	0,0	0,0	-	-
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	515,7	404,0	404,3	0,1%	-21,6%
<i>Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV)^{9/}</i>	2.531,6	3.281,7	3.262,8	-0,6%	28,9%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios ^{10/}	0,0	0,0	0,0	-	-
<i>Capitalização da Petrobras</i>	0,0	0,0	0,0	-	-
<i>Auxílio à CDE</i>	1.500,0	0,0	207,7	-	-86,2%
<i>Outras Despesas de Custeio e Capital</i>	21.787,2	24.235,2	24.834,7	2,5%	14,0%
Sentenças Judiciais e Precatórios	9,0	564,6	3.701,1	555,5%	-
Legislativo	191,0	131,0	206,4	57,6%	8,1%
Judiciário	711,5	741,0	962,3	29,9%	35,3%
Crédito Extraordinário (Exclui-PAC)	233,1	299,9	201,7	-32,8%	-13,5%
Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	4.450,5	2.443,4	3.778,9	54,7%	-15,1%
Outras Obrigatórias ^{10/}	402,3	357,9	448,1	25,2%	11,4%
Discretionárias	14.783,9	18.008,7	13.759,6	-23,6%	-6,9%
Compensação RGPS ^{11/}	1.006,0	1.688,8	1.776,5	5,2%	76,6%
<i>Transferência do Tesouro ao Banco Central</i>	91,8	42,9	353,6	724,0%	285,4%
<i>Benefícios Previdenciários</i>	36.290,0	36.730,2	41.948,2	14,2%	15,6%
<i>Benefícios Previdenciários - Urbano^{3/}</i>	29.444,0	27.381,6	33.968,4	24,1%	15,4%
Sentenças Judiciais e Precatórios	48,6	2.548,3	508,8	-80,0%	946,9%
<i>Benefícios Previdenciários - Rural^{3/}</i>	6.846,0	9.348,6	7.979,8	-14,6%	16,6%
Sentenças Judiciais e Precatórios	11,4	875,0	120,3	-86,2%	955,3%
<i>Despesas do Banco Central</i>	419,07	374,77	325,50	-13,1%	-22,3%

Memo:

<i>Parcela patronal da CPSS^{2/}</i>	1.125,4	2.185,0	1.442,1	-34,0%	28,1%
<i>RMV^{8/}</i>	119,5	132,0	125,5	-4,9%	5,0%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

2/ Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.

3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

4/ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

5/ Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais".

6/ Concessão de empréstimos menos retornos.

7/ Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada à inscrição em Dívida Ativa da União.

8/ Operações de crédito direcionadas exclusivamente para a aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, nos termos da Lei nº 12.613/2012. Concessão de empréstimos menos retornos.

9/ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central. A partir de janeiro de 2010, a rubrica inclui despesas com sentenças judiciais e precatórios.

10/ A partir de 01/03/2012, inclui despesas realizadas com recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

11/ Despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.

**Tabela 4.2. Despesas Primárias do Governo Central^{1/} - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões**

Discriminação	2013 Jan-Dez	2014 Jan-Dez	Variação (%) Jan-Dez/14 Jan-Dez/13
DESPESA TOTAL	914.115,2	1.031.109,8	12,8%
Despesas do Tesouro	552.999,5	633.541,5	14,6%
Pessoal e Encargos Sociais^{2/}	202.744,0	219.834,1	8,4%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	5.142,5	4.653,3	-9,5%
Custeio e Capital	348.143,5	411.140,9	18,1%
Despesa do FAT	44.688,2	54.381,2	21,7%
Abono e Seguro Desemprego	44.235,6	53.874,9	21,8%
Demais Despesas do FAT	452,6	506,4	11,9%
Subsídios e Subvenções Econômicas ^{4/}	10.212,1	9.008,6	-11,8%
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	5.581,4	4.429,1	-20,6%
Equalização de custeio agropecuário	126,1	640,5	407,8%
Equalização de invest. rural e agroindustrial ^{5/}	332,1	70,8	-78,7%
Política de preços agrícolas	275,2	911,5	231,2%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	85,6	7,6	-91,1%
Equalização Aquisições do Governo Federal	37,2	453,9	-
Garantia à Sustentação de Preços	152,3	449,9	195,4%
Pronaf	1.618,1	504,5	-68,8%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	1.715,0	470,2	-72,6%
Concessão de Financiamento ^{6/}	-96,9	34,3	-
Proex	226,4	628,9	177,8%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	584,6	859,9	47,1%
Concessão de Financiamento ^{6/}	-358,2	-230,9	-35,5%
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) ^{7/}	785,9	355,5	-54,8%
Álcool	0,0	0,0	-
Cacau	0,0	0,0	-
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	-
Securitização da dívida agrícola (Lei nº 9.138/1995)	0,0	0,0	-
Fundo da terra/ INCRA ^{6/}	66,5	45,2	-32,0%
Funcafé	68,2	103,9	52,3%
Revitaliza	6,9	2,8	-58,6%
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	121,9	110,7	-9,1%
Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO)	477,4	367,3	-23,1%
Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD) ^{8/}	0,5	0,8	72,3%
Fundo nacional de desenvolvimento (FND) ^{6/}	0,0	0,0	-
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	250,0	125,0	-50,0%
Capitalização à Emgea	753,2	0,0	-100,0%
Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	472,9	406,3	-14,1%
Subvenções Econômicas	0,0	153,0	-
Equalização dos Fundos FDA/FNDE/FCO	0,0	2,1	-
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	4.630,7	4.579,6	-1,1%
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV)^{9/}	33.943,6	38.557,8	13,6%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	420,7	646,0	53,5%
Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	-
Auxílio à CDE	7.868,0	9.207,7	17,0%
Outras Despesas de Custeio e Capital	251.431,7	299.985,6	19,3%
Sentenças Judiciais e Precatórios	3.367,3	4.855,0	44,2%
Legislativo	1.465,2	1.674,7	14,3%
Judiciário	7.197,4	8.752,8	21,6%
Crédito Extraordinário (Exclui-PAC)	6.382,4	4.035,9	-36,8%
Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	44.714,8	57.698,0	29,0%
Outras Obrigatorias ^{10/}	3.999,6	4.279,9	7,0%
Discretionárias	175.285,2	200.637,2	14,5%
Compensação RGPS ^{11/}	9.019,7	18.052,0	100,1%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	2.112,0	2.566,5	21,5%
Benefícios Previdenciários	357.003,1	394.201,2	10,4%
Benefícios Previdenciários - Urbano^{3/}	276.648,6	305.498,7	10,4%
Sentenças Judiciais e Precatórios	5.678,9	7.141,2	25,7%
Benefícios Previdenciários - Rural^{3/}	80.354,5	88.702,6	10,4%
Sentenças Judiciais e Precatórios	1.729,1	2.210,1	27,8%
Despesas do Banco Central	4.112,6	3.367,1	-18,1%

Memo:

Parcela patronal da CPSS^{2/}

RMV^{8/}

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

2/ Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.

3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

4/ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

5/ Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais".

6/ Concessão de empréstimos menos retornos.

7/ Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada à inscrição em Dívida Ativa da União.

8/ Operações de crédito direcionadas exclusivamente para a aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, nos termos da Lei nº 12.613/2012. Concessão de empréstimos menos retornos.

9/ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central. A partir de janeiro de 2010, a rubrica inclui despesas com sentenças judiciais e precatórios.

10/ A partir de 01/03/2012, inclui despesas realizadas com recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

11/ Despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.

Tabela 5.1. Investimento do Governo Federal por Órgão^{1/} - Brasil - Acumulado no Ano

R\$ Milhões



Discriminação	Jan-Nov/2013						Jan-Dez/2014					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ^{2/}			Dotação autorizada no ano ^{4/}	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ^{2/}		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ^{3/}	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ^{3/}	Total
INVESTIMENTO TOTAL	107.498,5	82.753,7	82.753,7	26.236,6	36.987,6	63.224,2	102.976,2	75.121,0	34.614,1	32.015,3	45.520,4	77.535,7
Câmara dos Deputados	229,8	88,7	88,7	9,4	25,4	34,9	217,5	94,2	27,9	27,8	52,5	80,3
Senado Federal	66,4	22,1	22,1	8,9	13,9	22,8	88,8	64,4	17,3	17,3	10,9	28,2
Tribunal de Contas da União	101,7	94,0	94,0	13,4	22,8	36,1	59,5	54,4	10,2	10,2	63,3	73,5
Supremo Tribunal Federal	43,8	17,7	17,7	8,5	6,5	15,0	38,7	17,1	8,3	8,3	7,9	16,2
Superior Tribunal de Justiça	51,6	40,5	40,5	3,9	12,6	16,5	27,7	22,3	9,9	9,9	31,3	41,2
Justiça Federal	285,7	767,2	767,2	585,1	141,9	727,0	394,2	771,3	383,5	382,4	188,7	571,1
Justiça Militar	15,2	10,1	10,1	1,8	4,3	6,0	15,6	10,3	2,9	2,9	5,8	8,8
Justiça Eleitoral	369,1	208,3	208,3	27,2	141,5	168,7	427,5	371,6	100,9	100,3	119,7	220,0
Justiça do Trabalho	687,9	457,4	457,4	152,6	264,9	417,5	638,6	352,6	82,3	81,4	222,8	304,2
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	102,1	43,4	43,4	8,5	52,9	61,4	54,3	53,5	25,6	25,6	20,5	46,1
Conselho Nacional de Justiça	69,2	59,5	59,5	1,3	38,4	39,7	67,2	40,9	3,7	3,6	57,6	61,2
Presidência da República ^{5/}	3.587,0	2.817,4	2.817,4	1.494,8	1.209,9	2.704,6	4.700,4	2.990,1	1.454,4	1.410,4	1.077,1	2.487,5
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	1.289,1	487,8	487,8	190,9	24,2	215,1	747,2	469,0	24,7	24,7	196,9	221,5
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.571,3	1.010,9	1.010,9	58,5	586,7	645,2	1.394,6	835,3	178,4	146,2	658,6	804,8
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.943,7	1.289,4	1.289,4	385,0	499,0	884,0	1.434,3	863,5	449,4	308,4	572,8	881,2
Ministério da Fazenda	1.787,5	1.325,7	1.325,7	312,8	734,0	1.046,8	1.541,0	977,3	443,5	440,8	461,2	902,0
Ministério da Educação	13.830,2	11.033,2	11.033,2	2.295,7	5.780,4	8.076,1	14.564,6	10.309,5	2.872,8	2.733,2	6.626,1	9.359,4
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	241,9	126,5	126,5	58,0	54,4	112,5	174,9	71,0	35,7	35,7	47,8	83,5
Defensoria Pública da União	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	12,6	12,4	5,0	5,0	-0,3	4,7
Ministério da Justiça	2.401,1	1.747,8	1.747,8	382,4	654,9	1.037,3	1.874,6	1.176,3	126,6	118,7	1.342,2	1.461,0
Ministério de Minas e Energia	230,4	136,6	136,6	52,2	45,9	98,1	195,7	216,8	136,3	131,9	74,6	206,4
Ministério da Previdência Social	217,9	117,3	117,3	19,7	126,8	146,5	148,6	114,4	79,0	76,8	106,0	182,7
Ministério Público da União	390,0	302,4	302,4	52,3	161,3	213,6	334,2	293,5	47,3	47,3	178,0	225,3
Ministério das Relações Exteriores	35,4	22,7	22,7	17,9	15,9	33,8	32,1	31,0	26,5	26,5	22,6	49,1
Ministério da Saúde	9.602,2	4.984,7	4.984,7	1.378,1	2.431,3	3.809,4	9.544,8	5.279,6	1.450,9	1.442,1	3.371,1	4.813,1
Ministério do Trabalho e Emprego	97,5	43,8	43,8	5,2	28,7	34,0	114,0	69,7	11,1	11,1	26,8	37,9
Ministério dos Transportes	15.582,6	13.620,6	13.620,6	4.509,0	5.673,9	10.182,9	16.305,9	12.340,8	6.439,3	5.159,3	7.599,5	12.758,8
Ministério das Comunicações	374,4	324,8	324,8	139,3	151,0	290,3	370,7	317,1	246,8	245,8	198,1	443,9
Ministério da Cultura	1.078,6	659,0	659,0	107,0	184,9	291,9	514,3	220,5	39,7	30,9	292,7	323,6
Ministério do Meio Ambiente	265,0	137,3	137,3	23,1	66,4	89,5	433,1	127,2	24,1	23,7	107,1	130,8
Ministério do Desenvolvimento Agrário	5.605,2	4.728,5	4.728,5	632,6	1.616,4	2.249,0	1.858,3	1.091,1	489,0	457,2	4.060,2	4.517,4
Ministério do Esporte	2.837,0	1.552,7	1.552,7	24,3	376,1	400,4	2.290,1	1.396,8	288,7	285,7	484,1	769,7
Ministério da Defesa	9.978,2	9.415,8	9.415,8	4.417,8	4.621,5	9.039,3	9.863,0	8.795,9	5.353,1	5.018,8	6.447,1	11.466,0
Ministério da Integração Nacional	7.369,5	5.463,1	5.463,1	1.915,8	2.289,0	4.204,7	7.507,8	5.125,2	2.184,5	1.741,0	2.810,5	4.551,5
Ministério do Turismo	3.160,7	1.822,1	1.822,1	13,7	509,4	523,1	1.195,1	551,7	18,5	18,5	420,7	439,2
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	1.008,1	822,8	822,8	52,4	411,0	463,4	806,7	629,6	204,4	202,7	501,5	704,2
Ministério das Cidades	20.633,7	16.877,5	16.877,5	6.870,7	7.992,1	14.862,9	22.756,2	18.890,8	11.300,8	11.192,6	7.027,2	18.219,7
Ministério da Pesca e Agricultura	348,6	70,8	70,8	6,0	15,9	21,9	191,7	54,3	3,8	3,8	22,2	26,0
Conselho Nacional do Ministério Público	9,0	3,6	3,6	0,6	1,7	2,3	8,3	5,0	0,3	0,3	2,8	3,1
Advocacia Geral da União	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	31,6	13,1	6,8	6,8	4,4	10,9

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Corresponde ao investimento dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, contemplando grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção das despesas financeiras. Inclui despesas com o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 516/2012.

2/ Despesas pagas correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela 1.1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

3/ Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano de referência. Exclui Ordens Bancárias do último dia do mês de referência, com impacto no caixa do período seguinte.

4/ Incorpora os efeitos da perda de eficácia da Medida Provisória nº 598/12 em 03 de junho de 2013.

5/ Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União.

Tabela 6.1. Execução Financeira do Tesouro Nacional^{1/} - Brasil - Mensal
R\$ Milhões



Discriminação	2013	2014		Variação (%)	
	Dezembro	Novembro	Dezembro	Dez/14 Nov/14	Dez/14 Dez/13
FLUXO FISCAL					
1. RECEITAS	154.781,6	120.846,4	144.103,3	19,2%	-6,9%
1.1. Recolhimento Bruto	109.980,6	88.427,5	95.365,3	7,8%	-13,3%
1.2. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-	-
1.3. Outras Operações Oficiais de Crédito	2.177,5	1.036,0	2.106,0	103,3%	-3,3%
1.4. Receita das Operações de Crédito	161,9	109,6	327,9	199,2%	102,5%
1.5. Receita do Salário Educação	1.506,5	1.625,4	1.704,2	4,9%	13,1%
1.6. Arrecadação Líquida da Previdência Social	40.955,1	29.647,9	44.599,8	50,4%	8,9%
1.7. Remuneração de Disponibilidades - BB	0,0	0,0	0,0	-	-
2. DESPESAS	124.801,9	115.392,4	128.390,8	11,3%	2,9%
2.1. Liberações Vinculadas	26.731,7	23.130,5	26.996,5	16,7%	1,0%
Transferências a Fundos Constitucionais	17.524,6	14.282,9	19.005,7	33,1%	8,5%
Demais transferências a Estados e Municípios	2.227,2	4.549,2	2.333,8	-48,7%	4,8%
Transferência da Lei Complementar nº 87/1996	162,5	162,5	162,5	0,0%	0,0%
Outras Vinculações	6.817,4	4.135,8	5.494,5	32,9%	-19,4%
2.2. Liberações Ordinárias	98.070,2	92.261,9	101.394,3	9,9%	3,4%
Pessoal e Encargos Sociais	19.252,9	26.692,8	20.150,8	-24,5%	4,7%
Encargos da Dívida Contratual	1.679,1	53,4	678,8	-	-59,6%
Dívida Contratual Interna	48,6	25,6	25,7	0,2%	-47,2%
Dívida Contratual Externa	1.630,4	27,8	653,2	-	-59,9%
Encargos da DPMF - Mercado	2.342,8	7.010,0	273,5	-96,1%	-88,3%
Benefícios Previdenciários	33.252,5	22.835,2	41.503,7	81,8%	24,8%
Custeio e Investimento	41.431,9	35.319,5	38.355,7	8,6%	-7,4%
Operações Oficiais de Crédito	111,0	351,0	431,7	23,0%	288,8%
Restos a Pagar	0,0	4,0	5,0	25,0%	-
3. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (1 - 2)	29.979,8	5.454,0	15.712,5	188,1%	-47,6%
FLUXO DE FINANCIAMENTO					
4. RECEITAS	16.207,2	58.796,9	67.527,7	14,8%	316,7%
4.1. Emissão de Títulos - Mercado	16.203,7	57.407,6	65.255,5	13,7%	302,7%
4.2. Outras Operações de Crédito	3,5	1.389,3	2.272,2	63,5%	-
5. DESPESAS	7.267,0	644,3	2.232,5	246,5%	-69,3%
5.1. Amortização da Dívida Interna	2.831,9	644,3	1.064,5	65,2%	-62,4%
Resgate de Títulos - Mercado	2.618,6	561,0	980,5	74,8%	-62,6%
Dívida Contratual	213,3	83,3	84,0	0,9%	-60,6%
5.2. Amortização da Dívida Externa	4.435,1	0,0	1.167,9	-	-73,7%
5.3. Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	-	-
6. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (4.1 - 5.1)	13.371,7	56.763,2	64.191,0	13,1%	380,0%
7. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	5.930,4	11.072,4	42.400,8	282,9%	615,0%
8. FLUXO DE CAIXA TOTAL (3 + 4 + 5 + 7)	44.850,3	74.679,0	123.408,4	65,3%	175,2%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's.

**Tabela 6.2. Execução Financeira do Tesouro Nacional^{1/} - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões**



Discriminação	2013 Jan-Dez	2014 Jan-Dez	Variação (%) Jan-Dez/14 Jan-Dez/13
FLUXO FISCAL			
1. RECEITAS	1.253.936,9	1.322.117,7	5,4%
1.1. Recolhimento Bruto	903.247,5	938.480,3	3,9%
1.2. (-) Incentivos Fiscais	-51,6	-6,3	-87,8%
1.3. Outras Operações Oficiais de Crédito	19.450,9	19.514,9	0,3%
1.4. Receita das Operações de Crédito	3.220,4	2.329,8	-27,7%
1.5. Receita do Salário Educação	18.396,2	20.315,5	10,4%
1.6. Arrecadação Líquida da Previdência Social	309.673,4	341.483,5	10,3%
1.7. Remuneração de Disponibilidades - BB	0,0	0,0	-
2. DESPESAS	1.284.270,1	1.445.457,2	12,6%
2.1. Liberações Vinculadas	243.833,5	275.656,9	13,1%
Transferências a Fundos Constitucionais	153.218,6	166.954,3	9,0%
Demais transferências a Estados e Municípios	34.181,5	37.106,8	8,6%
Transferência da Lei Complementar nº 87/1996	1.950,0	3.900,0	100,0%
Outras Vinculações	54.483,4	67.695,8	24,3%
2.2. Liberações Ordinárias	1.040.436,6	1.169.800,4	12,4%
Pessoal e Encargos Sociais	221.081,0	238.175,1	7,7%
Encargos da Dívida Contratual	6.219,8	6.158,9	-1,0%
Dívida Contratual Interna	688,0	356,2	-48,2%
Dívida Contratual Externa	5.531,8	5.802,6	4,9%
Encargos da DPMF - Mercado	89.045,1	99.710,3	12,0%
Benefícios Previdenciários	350.502,4	380.703,7	8,6%
Custeio e Investimento	366.503,8	439.215,0	19,8%
Operações Oficiais de Crédito	7.084,4	5.837,5	-17,6%
Restos a Pagar	0,0	15,0	-
3. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (1 - 2)	-30.333,3	-123.339,6	306,6%
FLUXO DE FINANCIAMENTO			
4. RECEITAS	396.939,9	562.535,0	41,7%
4.1. Emissão de Títulos - Mercado	374.830,4	537.910,8	43,5%
4.2. Outras Operações de Crédito	22.109,5	24.624,2	11,4%
5. DESPESAS	440.410,7	498.844,0	13,3%
5.1. Amortização da Dívida Interna	426.655,5	492.646,5	15,5%
Resgate de Títulos - Mercado	423.765,3	491.217,5	15,9%
Dívida Contratual	2.890,2	1.429,0	-50,6%
5.2. Amortização da Dívida Externa	13.755,3	6.197,6	-54,9%
5.3. Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	-
6. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (4.1 - 5.1)	-51.825,1	45.264,4	-
7. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	62.406,3	85.057,0	36,3%
8. FLUXO DE CAIXA TOTAL (3 + 4 + 5 + 7)	-11.397,8	25.408,4	-

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's.

Tabela 7.1. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central^{1/} - Brasil - Mensal
R\$ Milhões



Discriminação	2013	2014		Variação (%)	
		Dezembro	Novembro	Dezembro	Dez/14 Nov/14
1. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	5.930,4	15.090,8	42.400,8	181,0%	615,0%
Emissão de Títulos	0,0	9.990,8	37.027,6	270,6%	-
Remuneração das Disponibilidades	5.616,5	4.574,6	4.955,9	8,3%	-11,8%
Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	313,9	525,5	417,2	-20,6%	32,9%
Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	-	-
2. DESPESAS NO BACEN	0,0	4.018,4	0,0	-100,0%	-
Resgate de Títulos	0,0	0,0	0,0	-	-
Encargos da DPMF	0,0	4.018,4	0,0	-100,0%	-
3. RESULTADO (1 - 2)	5.930,4	11.072,4	42.400,8	282,9%	615,0%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's.

Tabela 7.2. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central ^{1/} - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões



Discriminação	2013	2014	Variação (%)
	Jan-Dez	Jan-Dez	Jan-Dez/14 Jan-Dez/13
1. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	233.253,0	385.984,6	65,48%
Emissão de Títulos	132.100,6	287.395,0	117,56%
Remuneração das Disponibilidades	52.371,8	57.373,4	9,55%
Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	4.418,6	5.062,5	14,57%
Resultado do Banco Central	44.361,9	36.153,7	-18,50%
2. DESPESAS NO BACEN	170.846,7	300.927,6	76,14%
Resgate de Títulos	129.956,2	240.988,6	85,44%
Encargos da DPMF	40.890,5	59.939,1	46,58%
3. RESULTADO (1 - 2)	62.406,3	85.057,0	36,30%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's.

Tabela 8.1. Dívida Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - Mensal

R\$ Milhões



Discriminação	2013	2014		Variação (%)	
	Dezembro	Novembro	Dezembro	Dez/14 Nov/14	Dez/14 Dez/13
1. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	847.517,3	1.013.595,4	1.053.432,8	3,9%	24,3%
Dívida Interna	2.965.244,4	3.109.436,2	3.280.510,3	5,5%	10,6%
<i>DPMFi em Poder do Públíco</i> ^{1/}	2.028.126,0	2.100.003,9	2.183.611,0	4,0%	7,7%
LFT	395.064,6	407.931,3	418.587,2	2,6%	6,0%
LTN	645.144,8	643.645,2	686.033,3	6,6%	6,3%
NTN-B	649.722,4	694.699,3	713.685,6	2,7%	9,8%
NTN-C	69.326,1	71.013,8	72.049,7	1,5%	3,9%
NTN-F	232.977,0	244.657,3	254.758,0	4,1%	9,3%
Dívida Securitizada	7.641,8	7.087,0	7.054,1	-0,5%	-7,7%
Demais Títulos em Poder do Públíco	28.249,3	30.969,9	31.443,2	1,5%	11,3%
<i>DPMFi em Poder do Banco Central</i>	958.098,3	1.036.979,2	1.117.440,2	7,8%	16,6%
LFT	175.065,0	150.152,3	406.237,2	170,6%	132,0%
LTN	325.003,7	377.821,5	166.878,0	-55,8%	-48,7%
Demais Títulos na Carteira do BCB	458.029,6	509.005,4	544.325,0	6,9%	18,8%
<i>(-) Aplicações em Títulos Públicos</i>	-25.268,1	-30.522,0	-29.402,7	-3,7%	16,4%
<i>Demais Obrigações Internas</i>	4.288,3	2.975,1	8.861,7	197,9%	106,6%
Haveres Internos	2.117.727,1	2.095.840,8	2.227.077,5	6,3%	5,2%
<i>Disponibilidades Internas</i>	657.375,5	535.295,2	616.946,1	15,3%	-6,2%
<i>Haveres junto aos Governos Regionais</i>	523.749,0	531.998,0	536.689,3	0,9%	2,5%
Bônus Renegociados	5.184,6	5.013,8	5.225,1	4,2%	0,8%
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	1.351,5	1.196,0	1.190,5	-0,5%	-11,9%
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	12.564,7	12.614,0	12.707,4	0,7%	1,1%
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	0,0	0,0	0,0	-	-
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	15.087,8	12.885,5	12.813,4	-0,6%	-15,1%
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	410.414,2	418.696,5	422.387,4	0,9%	2,9%
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	70.700,1	74.388,6	75.087,3	0,9%	6,2%
Antecipação de Royalties	6.424,7	5.206,9	5.250,2	0,8%	-18,3%
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	2.021,5	1.996,8	2.027,9	1,6%	0,3%
<i>Haveres da Administração Indireta</i>	339.936,3	379.246,0	387.236,3	2,1%	13,9%
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	186.988,0	198.525,7	202.481,1	2,0%	8,3%
Fundos Constitucionais Regionais	82.964,3	91.863,0	92.800,9	1,0%	11,9%
Fundos Diversos	69.984,0	88.857,3	91.954,3	3,5%	31,4%
<i>Haveres Administrados pela STN</i>	596.666,3	649.301,5	686.205,8	5,7%	15,0%
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.794,9	5.819,5	5.825,8	0,1%	0,5%
Haveres de Operações Estruturadas	68.843,3	70.389,9	72.318,6	2,7%	5,0%
Haveres Originários de Privatizações	9.333,8	0,0	0,0	-	-100,0%
Haveres de Legislação Específica	487.802,5	548.578,9	583.071,3	6,3%	19,5%
Demais Haveres Administrados pela STN	24.891,7	24.513,2	24.990,1	1,9%	0,4%
2. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	94.363,8	108.416,9	111.804,8	3,1%	18,5%
Dívida Externa	94.682,7	108.951,7	112.287,1	3,1%	18,6%
<i>Dívida Mobiliária</i>	85.393,9	98.933,0	102.550,6	3,7%	20,1%
Euro	2.777,4	5.954,8	6.048,0	1,6%	117,8%
Global US\$	68.748,7	79.231,3	82.637,8	4,3%	20,2%
Global BRL	13.867,7	13.746,9	13.864,8	0,9%	0,0%
Demais Títulos Externos	0,0	0,0	0,0	-	-
<i>Dívida Contratual</i>	9.288,9	10.018,7	9.736,5	-2,8%	4,8%
Organismos Multilaterais	3.052,5	3.379,2	3.531,7	4,5%	15,7%
Credores Privados e Ag. Governamentais	6.236,4	6.639,5	6.204,8	-6,5%	-0,5%
Haveres Externos	318,9	534,8	482,3	-9,8%	51,2%
<i>Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações</i>	318,9	534,8	482,3	-9,8%	51,2%
3. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (1+2)	941.881,1	1.122.012,3	1.165.237,6	3,9%	23,7%
4. DIVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB ^{2/}	19,4%	22,0%	22,7%	3,3%	16,7%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

2/ PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Boletim FPM / FPE / IPI - Exportação

Em dezembro de 2014 os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal do Brasil apresentaram acréscimo de 42,44% quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPM/FPE atingiram o montante de R\$ 14.727 milhões, ante R\$ 10.339 milhões no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB e incluído o repasse da EC 55/2007 (FPM 1%) no valor de R\$ 3.370 milhões.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta no portal da Secretaria do Tesouro Nacional – STN (<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais>).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: > Governo (Estadual ou Municipal) > Gestão > Gestão de Recursos > Repasses de recursos.

Em dezembro, as transferências a título de FPM e FPE atingiram R\$ 14,7 bilhões, já descontada a parcela do FUNDEB.

Distribuição do FPM/FPE

Origens	2013			2014			Variação Nominal		
	Novem- bro	Dezembro	Até Dezembro	Novem- bro	Dezembro	Até Dezembro ¹	Dez/14 Nov/14	Dez/14 Dez/13	Até Dez/14 Dez/13
FPM	5.188	8.446	58.878	5.287	9.178	64.158	73,59%	8,67%	8,97%
FPE	4.957	5.113	53.304	5.052	5.549	58.086	9,84%	8,53%	8,97%
IPI - Exp	343	366	3.574	382	377	3.888	-1,33%	3,03%	8,79%

Obs.: Valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (~20%). ¹Incluem-se FPM 1% e Classificação por Estimativa de Jan/14.

Previsto X Realizado

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
Dezembro	7,1%	9,84%	7,1%	9,84%	10,4%	-1,33%

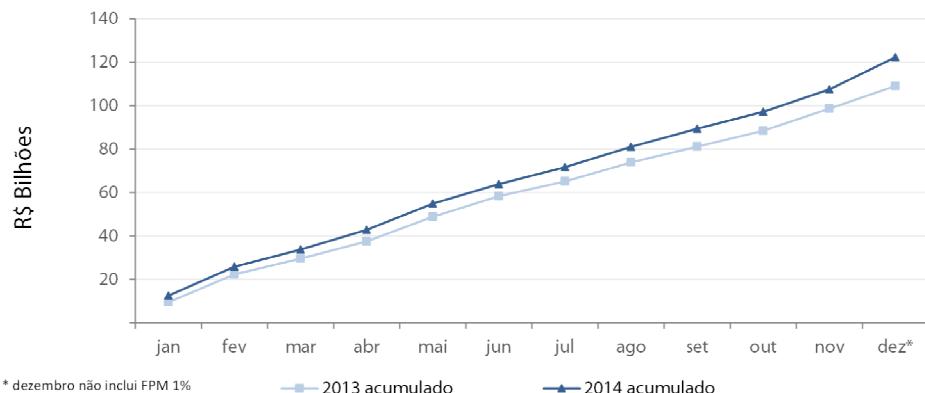
Obs.: Os percentuais de FPM Estimado e Realizado não consideram o repasse relativo ao FPM 1%.

Estimativa Trimestral

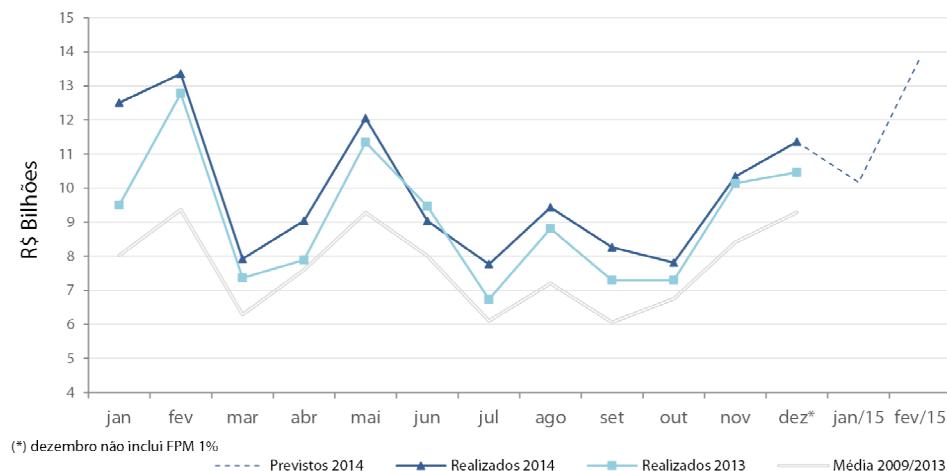
FUNDOS	Janeiro	Fevereiro	Março
FPM	-10,4%	36,0%	-38,0%
FPE	-10,4%	36,0%	-38,0%
IPI - EXP	2,6%	-22,0%	4,0%

Gráficos

Valores Acumulados (FPM e FPE)



Sazonalidade Anual (FPM e FPE)



Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/11/2014 a 20/12/2014, conforme demonstrativo abaixo:

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências				R\$ Milhões
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL	
NOV/3º DEC	2.986,7	12.553,5	15.540,2	DEZ/1º DEC	2.672,9	2.797,2	238,9	5.709,1	
DEZ/1º DEC	1.093,5	7.286,5	8.380,0	DEZ/2º DEC	1.441,4	1.508,4	87,5	3.037,2	
DEZ/2º DEC	635,8	7.707,3	8.343,2	DEZ/3º DEC	1.435,0	1.501,8	50,9	2.987,7	
TOTAL	4.716,0	27.547,3	32.263,3	TOTAL	5.549,3	5.807,4	377,3	11.734,0	

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e recebimentos de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% referentes à retenção para o FUNDEB;
- Não ocorrencia de Classificação por Estimativa. Não ocorrencia de Depósitos Judiciais.

Distribuição de Fundos

ESTADOS	UF	FPM	FPE	IPI-EXP	R\$ Mil
Acre	AC	48.926	189.841	18	
Alagoas	AL	218.799	230.856	327	
Amazonas	AM	140.846	154.847	2.925	
Amapá	AP	35.990	189.342	664	
Bahia	BA	840.623	521.422	21.265	
Ceará	CE	455.966	407.146	2.386	
Distrito Federal	DF	15.595	38.301	622	
Espírito Santo	ES	159.151	83.239	18.762	
Goiás	GO	336.864	157.772	8.557	
Maranhão	MA	381.543	400.559	3.347	
Minas Gerais	MG	1.203.756	247.193	54.303	
Mato Grosso do Sul	MS	136.359	73.917	6.771	
Mato Grosso	MT	167.512	128.072	5.848	
Pará	PA	322.687	339.173	22.230	
Paraíba	PB	296.745	265.750	434	
Pernambuco	PE	451.899	382.912	1.566	
Piauí	PI	243.635	239.807	77	
Paraná	PR	620.283	159.997	29.754	
Rio de Janeiro	RJ	275.480	84.776	63.650	
Rio Grande do Norte	RN	231.223	231.844	324	
Rondônia	RO	77.900	156.246	1.076	
Roraima	RR	45.736	137.661	14	
Rio Grande do Sul	RS	621.214	130.675	36.187	
Santa Catarina	SC	358.372	71.020	20.165	
Sergipe	SE	137.087	230.590	176	
São Paulo	SP	1.222.997	55.493	75.456	
Tocantins	TO	130.541	240.839	375	
TOTAL		9.177.728	5.549.289	377.278	

Observação: valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%).

No Diário Oficial da União do dia 3 de dezembro de 2013, foi publicada a Portaria STN nº 667, de 2 de dezembro de 2013, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2014, disponível no endereço:

<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais>

Coordenação-Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Inter-governamentais - COINT

Fone: (61) 3413-3051 Fax: (61) 3413-1519

Email: coint.df.stn@fazenda.gov.br ou transferencias.stn@fazenda.gov.br